TERCEIRA SECPLTARIA DIRETORIA- LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO ON SETOR DE TAQUIGRAFIA SUMARIO ESSÃO EXTRAORDINARIA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 1991. 3.1 - ABI PTOPA B. 2 - COMUNICADOS DA MESA-- Projeto de resolução, de autoria do Opre: Institui o Plano de Carreira dos Servidores da Câmara. Segislativa do Distrito Federal, e da outras providências". 3.3_ ORDEM DO DIM Projeto de Resolução que "Institui o Plano de Carreiras, do Sevidous da Cârrara begislativa do Distrito. Federal eda outras providencias". APROVADA por volacaro simbolica. Continuen.



ITEM 2: Descusión e votación Vem 2º turno, do Projeto de Resolução nº 091 de 1991, de autoria da Mesa Biretora, que "Despõe sobre o concurso Viíblico para prenchemento dos cargos do auadro funcional da Câmara berjislativa. do Distrito Federal". -Parece do Relator da mesa Direlow, Deputado José anellas, com aprisentação de submirdas. APROVADO com 20 votos favoraviis & Faurências. - Pariecri do Relator da CCJ, Seputado Padre Jonas, APROVAGO com 20 volos favoráncios e 4 ausências. ITEM 3: Descussão e votação, em 1º tumo, do Projeto de bei nº 066 de 1991, de autoria do Deputado Carlos Olberto, que " Outorisa a TERRACAP a conceder o uso do terreno que específica e da protios providências". APROVADO com 20 votos favoraveis e Housen. ITEM 4: Discussão e votação, em 1º turno do Projeto de Dei nº 280 de 1991, de outria do Executivo local, que "Inclui o cargo efetiro de Inspetor de Obras na Carreira Fiscalização e Inspeção instituída pela bei nº 039 de 6 de setembro de 1989, e da outras providencias" Deputado Fernando Naves, com - parecer de Relator da, OCS, con 21 votos favoraveis e 3 seapresentação de emendas, APROVADO pências. - Parleir do Relator da CEOF, Deputado Wasny de Roure con de conservations Atrovado com 19 votos favorospeux e 5 auséncies - Parecen do Relator da CCJ. Deputado Jernando Noves sobre as emendas apresentadas pela CEOF APROVADO com Advertes favoraveis e

4 ousencias



CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL (03)

- Parecer do Relator da CAS, Depulado Maurilio Silva sobre as emendas apresentadaspela CEOF, APROVADO som 20 votos favoriáncis

TEM 5: Discussão e votação, em V- turno, do Projeto de Bei nº 269

Ide 1991, de autoria do Elecutivo local, que "Cria e fixa es va
Pores dos preses públicos a serem colviados pelos DETRAN-OF, e das

entras providências". CONCEDIOO PRAZO AO PELATOR DA CCT, PARA

EMITIR PARECER:

1 TEM 6: Discussão e viotação da Redação Final do Projeto de bei nº 084 de 1991, de outoria da Mesa Biretora, que "Institui a estrutura administrativa do Câmara pegislativa do DF, e da: outras providências". DISCUTIDO.

17EM 4: Discussão e volação, em 1º turno do Projeto de Decretor beapslativo nº 013 de 1991, que "Aprova as contas do Goresso do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1990".

- Parecen do Relation da CEOF, Deputado Benício Tavares. APROVADO com 11 votos favoráveis, 5 votos contránios e 8 ausencias

FETIRADO DE PAUTA A PEOIDO DO AUTOR.

1 TEM 9: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de bei n- 266 de.

tra equivalente à sua alimentação e ao seu tromspor.

te" DISCUTION.



CAMARÁ LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



17	EM 10: Descussão e votação, em 1º turno, do Projeto de bei nº- 0 de 1991,
05	0 de 1991,
q	ne "autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho de Polícia a-
101	ue "Autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho de Polícia Q- úcola, Agrária e Fundiária no Bistrito Federal". CONCEDIDO DEA.
<u>zo</u>	40 RELATOR DA CEOF, PARA ENITIR PARECCE.
3.	t_COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
	- Convocação dos Srs. Deputados para ressão extraordinária realizar se em seguida a esta, com a seguinte Ordem do ca:
0	realizar se en seguida a esta, com a seguinte orden do
B	ta:
	ITEM 1: Discussão e votação em 2º turno, do Projeto de frei nº
28	200 1771
	ITEM 2: Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de bei nº-
O(6 de 1991
3.	5 _ ENCERRAMENTO
<u> </u>	
 ,	
<u> </u>	
<u>. </u>	

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Ha número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Passamos à

ORSEM DO DIA

(D)

. Solicito ao Sr. Se-

cretario que faça a leitura do item.

(OSP. KSECRETARIO procede a) sognito leitura de figurale;

Discussão e votação da Redação final do Projeto de Lei n-084/91 que institui a estrutura administrativa da Câma ra Legislati va do Distrito Federal e da outras providências".

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Solicito ao Deputado Pedro Celso **que** assuma a Presidência.

OSR. PEDRO CELS (Assume a Prosidencial Red Cols)

s/Mª Marlene.

(Assume a Presidência o Deputado Padro Celso)

S/MARLENE





O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Esta Presidência informa que está invertendo a pauta colocando o item 2 como item 1. e . porque est chegando a redação final que está em

fare de datilografia.

O SR. PADRE JONAS_Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) Tem V. Exa. a palavra.

O SR. PADRE JONAS (PDT _ Sem revisão do orador) - Sr. Presidente,

o n- 2 mudando o número pervera própria ordem, que seria

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Solicito ao Sr. Secretário que faça à leitura do 1º item da Ordem do Dia, lembrando que o item nº 2 passa a ser o nº 1 e o nº 1 passa a ter a numeração 2.

(O Sr. Secretário procede à Leitura do seguinte:)





REDAÇÃO FINAL

Institui o
Plano de Carreira
dos Servidores da
Câmara Legislativa
do Distrito Federal
e da outras
providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 19 Fica instituído o Plano de Carreira dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, consubstanciado ©m um conjunto de normas, conceitos técnicos e princípios administrativos, visando orientar as ações pertinentes aos Recursos Humanos, promover o desenvolvimento funcional do servidor, bem como a eficência, eficácia e efetividade da organização.
- Art. 22 -- O Plano de Carreira será constituído K fundamentado nos princípios constitucionais da Administração Pública, nas resoluções, atos da Mesa Diretora e Regimento Interno da Câmara Legislativa, na qualificação profissional e no desempenho dos servidores.
- Art. 39 O Plano de Carreira visa prover a Câmara Legislativa do Distrito Federal de uma estrutura de carreira organizada, observando os seguintes princípios fundamentais:
- I atendimento às necessidades de desempenho das funções institucionais de forma ampla e abrangente;
- II adoção de sistema permanente de Desenvolvimento de Recursos Humanos;
- TII reconhecimento do mérito funcional, através de critérios que proporcionem igualdade de oportunidades profissionais e valorização dos recurso humanos.
- Art. 40 Aos servidores a que se refere esta Resolução será assegurada isonomia de vencimento para Cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo poder, do Poder Executivo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ressalvadas as vantagens de caráter individual e -as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

- Art.50- Serão agrupadas, no mesmo cargo, categorias profissionais diferentes cujas atividades sejam iquais ou assemelhadas.
- Art. 69 Os cargos da Câmara Legislativa devem ser classificados de modo amplo, definidas suas tarefas básicas e os pré-requisitos mínimos indispensáveis ao seu exercício.

CAPÍTULO II

DO QUADRO DE PESSOAL

- Art.79 O Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal compreende a carreira, os cargos públicos de provimento efetivo, ê\s funções de confiança e os cargos em comissão.
- Art.89 Cargo público integrante da carreira é o conjunto de atribuições e responsabilidades, previstas na estrutura organizacional, que devem ser cometidas a um servidor.
- Art.99 O provimento do cargo efetivo ocorrerá exclusivamente por servidores habilitados em concurso público.
- Art.10 Os cargos efetivos com seus respectivos valores de vencimentos sao os constantes no Anexo I desta Resolução.
- Art.11 O quadro de lotação dos cargos efetivos, por unidade da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é o constante na forma do Anexo II desta Resolução.
- Art.12 Os cargos em comissão destinam-se ao atendimento de **atividades** que, por sua **natureza**, exijam o critério da confiança para o seu provimento.
- Art.13 As funções de confiança são destinadas a direção, assessoramento, chefia e assistência, em todos os níveis e serão exercidos por ocupantes de cargo de provimento efetivo.
- Art.14 Fica proibida a lotação de servidor de carreira nos gabinetes dos Deputados Distritais.

Art.15 - Os servidores de carreira que ocuparem cargos em comissão terão sua remuneração de acordo com o Anexo III.

CAPITULO III

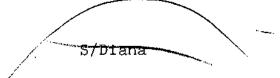
DA CARREIRA

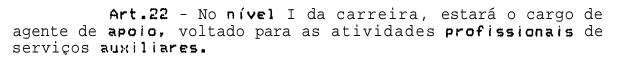
SECÃO I

DAS DISPOSICÕES GERAIS

- Art.16 Carreira funcional é a plano geral de atribuições, vencimentos e vantagens dos servidores da Câmara, organizada em cargos, hierarquizados verticalment com base em níveis de escolaridade, atividades profissionai e em estágios de complexidade e retribuições crescentes.
- Art.17 Os cargos serão posicionados em 4 níveis, observada a escolaridade e a qualificação profissional requeridas, como também a complexidade e responsabilidade inerentes às atividades que serão exercidas.
- Art.18 · · · · O» níveis serap a divisão básica da carreira, correlacionados à escolaridade indispensável ao desempenho funcional.
- Art. 19 Os níveis da carreira serao compostos funcões organizacionais denominadas de áreas profissionais: .
 - I Legislativa e Jurídica;
 - II Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos;
 - III Orçamento, Finanças e Contabilidade;
 - IV ~ Documentação, Editoração e Informática;
 - V Planejamento e Modernização Administrativa:
 - VI Patrimônio, Material e Servicos Auxiliares.
- Art.20 -Area é o conjunto de atividades profissionais inter-relacionadas, cujo exercício configura o atendimento a uma função organizacional, Podendo subdividir~ se em es Pacialidades e qualificações.
- Art.21 Os níveis serao compostos por 15 padrões, que indicam a posição do servidor na escala de vencimento da carreira.

-Art. 22 - ...





Art. 23 -•• No nível II da carreira, estará o cargo de auxiliar de administração, voltado para as atividades profissionais de suporte administrativo.

Art.24 -- No nível III da carreira, estarão os cargos de assistente administrativo c: assistente legislativo, voltados para gestão de recursos humanos, materiais, patrimoniais, financeiros, orçamentários <-: de informática, segurança legislativa, registros taquigráficos de debates, elaboração legislativa, documentação, pesquisa, editoração gráfica e informação.

Art.25- No nível IV da carreira, estarão os cargos de assessor técnico e assessor legislativo voltados, respectivamente, para a consecução dos objetivos- meio « os objetivos- fim da Câmara Legislativa.

SECSO II

DOS CARGOS EM COMISSÃO

Art.26 - Os cargos em comissão, de livre escolha e exoneração, serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargos efetivos da Câmara, com denominação e remuneração estabelecidas no Anexo III.

Art.27- Os cargos em comissão comportam atividades de direção, chefia e assessoramento.

Art.28- Os cargos em comissão integrantes da lotação de gabinete de Deputado são de recrutamento amplo, de livre escolha de seus titulares, com denominação <? remuneração estabelecidas no Anexo IV.

Art.29 - Os servidores requisitados ou de carreira ocupantes de cargos em comissão terão denominação e remuneração estabelecidas no Anexo III.

SECSO III

DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Art.30 - Função de confiança é o conjunto de responsabilidades e atribuições adicionais, em caráter transitório e de confiança, exercido preferencialmente por servidor ocupante de cargo efetivo, com denominação e remuneração estabelecidas no Anexo V.

ART 31 ...

JUSSARA

10.12.91

17:12

DENISE

17:14

E- 38 (A

Art.31- As funçõs de confiança comportam atividades de direção, assessoramento, chefia e assistência, em todos os níveis.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO SELETIVO

Art .32 - G processo seletivo compreende as acoes necessárias ao recrutamento e seleção, de forma competitiva, dos candidatos mais capacitados para ingresso na carreira.

Art.33- O processo seletivo para ingresso será realizado observaruio-se a rotatividade func:ional c a vacância ocorrida nas cargos efetivos.

CAPÍTULO V

DO INGRESSO

Art.34- O ingresso na carreira far-se-á, exclusivamente, através de concurso público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Parágrafo único - O ingresso dar-se-á no nível e padrão iniciais da carreira, atendidos os requisitos de escolaridade.

Art.35- O concurso público, acessível àqueles que atendam aos requisitos fixados em edital, será de provas ou provas e títulos.

Art.36- O concurso público poderá ser realizado em duas etapas distintas, sendo a primeira de provas, de caráter eliminatório, e a segunda de títulos de caráter classificatório, ambas direcionadas para o exercício de atividades específicas.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA DA CARREIRA

Art.37- A carreira dos servidores da Câmara Legislativa será constituída dos seguintes cargos:

- Agente de Apoio;
- Auxiliar de Administração;
- Assistente Técnico;
- Assistente Legislativo;
- Assessor Técnico;
- ~ Assessor Legislativo.



JUSSARA

10.12.91

17:12

E- 39.2

E- 38.2

DENISE

17:14

Parágrafo Í8 - Estes cargos, constantes do Anexo VI, serao posicionados nos seguintes níveis:

NÍVEL	CARGOS
T	Agente de Apoio
11	Auxiliar de Administração
III	Assistente Técnico e
	Assistente Legislativo
IV	.Assessor Técnico e
	Assessor Legislativo

Parágrafo 22 — Os cargos serão posicionados por níveis, observadas a escolaridade e a qualificação profissional requeridas, como também a natureza, complexidade e responsabilidade inerentes às atribuições a serem exercidass

Nível I - 19 grau incompleto Nível II - 19 grau completo Nível III - 22 grau completo Nível IV - 3S grau completo

Art.38- A carreira será composta por dois grupos de atividades, relacionados diretamente com a consecução dos objetivos institucionais da Câmara Legislativa:

I - Grupo de atividades legislativas;
 II - Grupo de atividades administrativas.

Art.39- Os cargos comuns aos grupos de atividades legislativas e administrativas são:

I - Agente de Apoio;

II - Auxiliar de Administração.

Art.40- O grupo de atividades legislativas compreende os seguintes cargos!

I. - Assistente Legislativo;

II - Assessor Legislativo.

Art.41- O grupo de atividades administrativas compreende os seguintes cargos!

I - Assistente Técnico;

II - Assessor Técnico.

Art.42- Os Cargos de Assessor Técnico e Assessor Legislativo somente poderão ser exercidos por profissionais portadores de diploma de curso superior, com habilitação específica nas áreas estabelecidas no Anexo VII.

Art.43- A cada cargo será atribuído um valor remuneratório básico, o qual se denomina referência salarial, conforme padrão de vencimento estabelecido no Anexo I.

CAPÍTULO VII

DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Art.44- (3 desenvolvimento funcional do servidor tem, por objetivo, o desenvolvimento da potencialidade dos recursos humanos, bem como o reconhecimento do mérito por parte da administração, no exercício de cargo efetivo, função de confiança ou cargo em comissão.

Art.45- G desenvolvimento funcional na carreira far-se-á por:

I - Progressão;

II - Promoção;

III- Acesso.

Parágrafo único - As condições e critérios de participação na progessão, promoção e acesso serão definidos em regulamento próprio, observados os dispositivos desta Resolução.

Art. 46- Progressão é o avanço do servidor na carreira a cada 24 meses, contados da data da posse, para o pardrão subsequente do mesmo nível, e ocorrerá por antigüidade, independente das outras formas de desenvolvimento.

Art. 47- Promoção é a mudança do servidor de um cargo da carreira, para outro subsequente, posicionado hierarquicamente na carreira, através de processo seletivo, levando-se em conta a escolaridade do servidor, avaliação de desempenho no cargo anterior e interstício de 3 anos.

Parágrafo único - A promoção prevista para o nível IV da carreira - cargos de Assessor Técnico c; Assessor Legislativo - far-se-á de modo próprio a ser estabelecido em regulamentação específica, levando-se em conta a titularidade adquirida durante o treinamento e a qualificação profissional.

Art.48-Acesso é a designação do servidor de cargo efetivo 3 para o exercício de função de confiança ou cargos em comissão.

Art.49- Os níveis e os padrões da carreira sao distribuídos na forma do Anexo I.

med Alleger in it.

17:18

Art.50- A lotação da carreira, composta quantitativamente do número de vagas por cargos e a respectiva relação de categorias profissionais, são distribuídos na forma do Anexo II.

CAPÍTULO VIII

DO TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO

- Art.51- O treinamento e qualificação dos servidores do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa <á elemento primordial para consolidação da carreira na Câmara Legislativa.
- Art.52- O treinamento e qualificação dos servidores do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa objetivam a consecução da eficiência nos trabalhos desenvolvidos e consequente eficácia dos resultados obtidos pela organização.
- Art.53- Treinamento é o conjunto de ações pedagógicas que objetivam incentivar e assistir o crescimento profissional dos servidores, desenvolvendo-lhes a aptidão e capacidade.
- Art.54- Qualificação é o conjunto de conhecimentos adquiridos através da experiência profissional e treinamento especializado para o desenvolvimento de atividades específicas.
- Art.55- As ações de treinamento e qualificação serão desenvolvidas pela Diretoria de Recursos Humanos.
- Art.56- Os cursos e outras atividades que visem ao treinamento e qualificação terão normas reguladoras "aprovadas por ato da Mesa Diretora.
- Art.57- As ações de que trata o artigo anterior serão administradas pela Diretoria de Recursos Humanos e, supletivamente, ministrados por profissionais de reconhecida competência e de notória especialização na atividade legislativa, ou por entidades externas através de celebração de contratos e/ou convénios.





- Art.58- O programa de treinamento e qualificação, cujas normas reguladoras serão aprovadas pela Mesa Diretora, definirá procedimentos relativos a:
- I -• pré-requisitos para participação nos cursos;
 II oportunidade, conveniência e necessidade do treinamento;
- III critérios de avaliação do acompanhamento, aproveitamento e integração nas atividades de treinamento;
- IV avaliação da aplicação dos c: onhecimentos adquiridos no ambiente de trabalho?
 - V seleção de instrutores;
- VI responsabilidades dos instrutores e treinan-dos;
- VII critérios para remuneração de instrutores; VIII - critérios para o servidor participar de cursos de treinamento no país ou no exterior relacionados com as atribuições do cargo na carreira?
- IX participação em congressos, seminários e outros eventos relacionados com as atribuições do cargo na carreira.
- Art.59- A Diretoria de Recursos Humanos será responsável por elaborar e executar, juntamente com as chefias imediatas, o programa de treinamento e qualificação através de:
- I diagnóstico de necessidade de treinamento?
 II proposição de conteúdos programáticos, horários e período de treinamento;
- III indicação de servidores a serem submetidos a
 treinamento;
- IV avaliação, em serviço, dos resultados obtidos nos programas de treinamento.

CAPÍTULO IX

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

- Art.60- A avaliação de desempenho constitui instrumento essencial à gestão da política de recursos humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- Art.61- A metodologia da avaliação de desempenho dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal será estabelecida por resolução.

-S/JOSÉ ALBERTO

Art.62- A avaliação de desempenho dar-se-á com base no desempenho, no potencial e na conduta do servidor no exercício de cargo efetivo e funções de confiança, bem como nas metas propostas pela Mesa Diretora, em seu planejamento anual.

Parágrafo 12 - A avaliação de: desempenho tem por objetivoss

I - acompanhar o desempenho do servidor com vista
à promoção funcional;

II - levantar informações com vistas a decisões sobre treinamento, remanejamento, aproveitamento funcional e planejamento de atividades do setor;

III •••• propiciar a melhoria das relações de trabalho entre chefia e servidor?

IV - ajustar o servidor ao desempenho der funções e: atividades?

V - identificar e corrigir deficiência no processo seletivo;

VI - reduzir dirtorções funcionais;

VII - subsidiar outros subsistemas de recursos hu-

manos;

VIII - medir a eficiência do processo, através da avaliação institucional.

Parágrafo $2\mathfrak{Q}$ - A avaliação de desempenho deverá aferir, entre outros!

I - iniciativa;

II - cooperação?

III - qualidade de trabalho executado;

IV - responsabilidade;

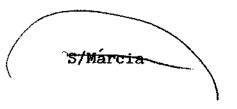
V - metas e objetivos da instituição.

Parágrafo 39 - O sistema a que se refere este artigo será objeto de permanente avaliação e acompanhamento, destinados ao aperfeicoamento, ajuste e adequação à realidade institucional e funcional.

Art.63- Será criado um sistema de avaliação de desempenho, por regulamento próprio, onde será prevista também a avaliação institucional.

Art.64- Da avaliação de desempenho caberá recurso à Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Art.65- Será constituída comissão de avaliação de desempenho composta de 05 (cinco) membros: dois representantes da associação dos servidores, dois designados pela Mesa, e o presidente, que será o titular da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, na qualidade de membro nato.



CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.66- Fica c:riado o Programa de Treinamento e Qualificação do servidor da Câmara Legislativa, com o objetivo de planejar, executar e avaliar as ações de treinamento e qualific:aç:ao dos servidores do Quadro c!e Pessoal.

Art.67-AMesa Diretora aclotará regulameni: o dest: i •••• nado a estabelecer regras comuns aos artigos desta Resolução, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação.

Art.68- Os integrantes clas c:arreiras c:umprirão horário de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com exclusiva declic:ação ao desempenho das atribuições que sejam inerentes, ressalvados os c:asos espec:ificados em legislação Própria.

Parágrafo único •••• A Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal poderá estabelecer jornada diversa da mencionada neste artigo, tendo em vista a natureza e peculiario dacle das atribuições e tarefas c:ometidas aos cargos.

Art. 69- É vedada a lotação de servidores integrantes da carreira nos gabinetes dos Deputados e nas Lideranças dos Partidos e Blocos partidários, bem assim em órgao c:ujas atividades nao guardem c:orrelação c:om sua área profissional.

Art.70- A Mesa Diretora submeterá ao Plenário projeto de resolução destinado a estabelecer regras comuns aos concursos públicos para ingresso na carreira do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Parágrafo únic: o •••• Q Quadro de Cargos e Categorias do Anexo II do Plano de Carreira dos servidores, referense às quantidades máximas a serem atendidas progressivamente, cabendo à Mesa Diretora estabelecer o preenchimento de vagas, observados os interesses, a nec; eBsidades e as possibi•••• lidades financeiras e materiais da Instituição.

Art.71... Em face da espec:ific:idado: clos t:rabalhos legislativos, os servidores do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa farão jus a uma Gratificação de Atividade Legislativa (GAL), assim definidas

I •••• Gratificação de Atividade Legislativa de 100% sobre o valor do padrão de vencimento em que o servidor estiver posicionado, para os servidores dos níveis I,II e IIIs

II - Gratificação cie 100% ...





I - Os níveis I, II e III

- II Gratificação de 100% sobre o último padrão de vencimento para os servidores do nível IV que exercem cargo de Assessor Técnico;
- III Gratificação de 150% sobre o último padrão de vencimento para os servidores do nível IV que exercem cargo de Assessor Legislativo.
- Art.72- A implantação do Plano de Carreira da Câmara Legislativa do Distrito Federal observará, exclusivamente, as diretrizes estabelecidas nesta Resolução.
- Art.73- O limite máximo da remuneração dos servidores é o valor percebido como remuneração, em espécie, a qualquer título, por Deputado da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- Art.74 Os servidores da Câmara Legislativa serão regidos pelo regulamento administrativo da Casa, que se embasará no Regime Jurídico único dos Servidores do Distrito Federal.

Parágrafo único - Até que lei específica defina o Regime Jurídico único dos **Servidores** do Distrito Federal a Câmara Legislativa aplicará, no que couber, a **Lei 8.112** de 1990.

Art.75- Os servidores nomeados ou requisitados, nos termos do Art. 1º da Resolução nº 013, de 12/03/91, serão exonerados ou devolvidos aos órgãos de origem, no prazo máximo de até 120 dias, a contar da data de posse dos concursados.

Art.76- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.77- Revogam-se as disposições em contrário.

- Sala das Sessões,

"O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) -



ANEXO

WDUG	'DE	Cargos	E	VENCIMENTO	DA	CAMA	H	LE	GISLATIVA	PO	DISTRITO	FEDERAL
``					A	NE)	((0	I			

123.409,54

112.994,16

103.458,01

94.726,87

86.783,71

28

19

18

17

16

lo Grau incompleto AGENTE CE APOIO

NIVELI

ADROES

189.436,22 173.799,84

159.713,14

146.768,19

134.872,44

123.489,54

112.994,16

103.458,81

94.726,87

86.783,71

82.453,60

78.411,63

74.567,81

78.912,42

67.436,22

15

14 13

12

11

10

69

88

87

86

85

84

R 82

81

		completo	STATE OF THE PARTY.
flSSK	SOR	TECNICO E	
ASSES	SOR	LEGISLATIVO	

N I MEL I V

							THE CHILL		ÁREA	AS
					20 Grau comple	to		PADRÕES	LEG	×DH
				AS	SISTEMIE TÉCNIC SÍSI OTEJ.E^SI	$\begin{cases} 0, t \\ 0 \end{cases}$	68	423.884,82		
				H 113			59	414.251,86		
					N 1 M E L I	H	58	375.716,89		
					PADRÕES	AR]:AS	57	366.882,34		
	-	10 Grau comple	to i	***********		LEGIADM	56	356.448,68		
	AIIX	ILIAR DE ADHINI		45	346.814,84		55	346.814,84]
	AUA	territoria de la composición dela composición de la composición de la composición de la composición dela composición dela composición dela composición de la composición dela composición de la composición dela composici	JIKACAO	44	329.474,18		54	337.181,18		
		N I DEL I]	43	312.133,36		53	327.547,36		
		PADRÕES	AREA	42	294.792,62		52	279.378,62		
leto	11			41	277.451,88		51	269.744,88		
	30	260,111,14		40	260.111,14		58	268.111,14		
0	29	243.252,18		39	243.252,10		49	258.477,39		
I	28	226.393,04		38	226.393,84		48	211.942,48		
AREA	27	289.533,98		37	289.533,98		47	202.388,66		
	26	192.674,92		36	192.674,92		46	192.674,92		
	25	189.436,22		35	189.436,22					
	24	173.799,84		34	173.799,84					
	23	159.713,14	,	33	159.713,14					
	22	146.768,19		32	146.768,19					
	21	134.872,44		31	134.872,44					

Obs: A tabela de vencimento acina, foi referenciada na Administração Direta do GDF. Os valores referidos na Tabela sao de outubro de 1991.

ANEXO ΙI

QUANTITATIVO DE CARGOS E CATEGORIAS DA CAMARA LEGISLATIVA

ANEXO II

Ø

					10
ÓRGÃO	II í VE		CATEGORIA	QUANTIDADE	FUNÇÃO DE COMFIANCA
	IV	Assessor legislativo		82	01 CHEFE DE GABINETE
GABINETE	IU	Assessor Técnico	Economista Administrador Advogado	01 01 01	
M	111	Assistente Técnico	Secretario	82	
PRESIDENTE	II	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Administracao	02	
	I	Agente de Apoio	Continuo	01	10
ASSESSORIA DE	ΙV	Assessor Legislativo	*****	04	81 CHEFE DE ASSESSORIA
ASSESSORIA DE PLEKARIO E	IV	Assessor Técnico	Advogado AdMinistrador	01 01	
DISTRIBUICAO	III	Assistente Técnico	Administrador Secretario	01	
dio iumorcuo		Auxiliar de Administração	Auxiliar de Administração	02	₹ 89 I
	IV	Assessor Legislativo	AUXIIIAI UE AUIIIIIIISCIAÇÃO	UZ.	81 CHEFE DE GABINETE
		Assessor Técnico	Advogado	01	OT ALIST M DE OUDTINETE
GABINETE DO		Assistente Técnico	Secretario	01	Í
PRESIDENTE	1 1	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Administração	81	
•	-	Agente de Apoio	Continuo	01	05
		Assessor Legislativo		01	01 CHEFE DE GABINETE
GAB INETE DO	1	Assessor Técnico	Advogado	01	:
PHIMEIRO	111	AssistenteTécnico	Secretario	01	
SECRETARIO	II	Auxiliar de Administração	Auxiliar de Administracao	01	
	I	Agente de Apoio	Continuo	91	05
	IU	Assessor Legislativo		01	81 CHEFE DE GABINETE
GABINETE DO	IV	Assessor Técnico	Advogado	01	
SEGUNDO	III	Assistente Técnico	Secretario	01	, !
SICRETARIO	II	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Administração	01	•
	I	Agente de Apoio	Continuo	01	85 j
	IU	Assessor legislativo		61	81 CHEFE DE GABINETE
BINETE DO	IV	Assessor Técnico	Advogado	01	,
TERCEIRO	III	Assistente Técnico	Secretario	01	1
SE CRETARIO	u	Auxiliar de Administração	Auxiliar de Administração	01	:
	I	Agente de Apoio	Continuo	01	05
	IV	Assessor Legislativo	Mar also have the part with the days and	02	01 COORDENADOR
GA! INETE DA		Assessor Técnico	Administrador	82	t
i MESA DIRETORA	'	Assistente Técnico	Secretario Técnico em Contabilidade	01 01	• t
	II	Auxiliar de Administração	Auxiliar de Administração	02	
	I	Agente de Apoio	Continuo	01	09
CONSULTORIA	IV TTT	Assessor Tecnico	Advogado	95	81 CHEFE DE CONSULTORIA .
JURÍDICA	III	Assistente Técnico	Secretario Programador de Computador	01	
	II	Auxiliar de Administração	}	03	18.

QUANTITATIVO DE CARGOS E CATEGORIAS DA CAMA LEGISLATIVA

ANEXO II

		"	11 M 17 V 4.5			92
DRGAO	NÍVEL	CARGO	CATEGORIA	QUANTIDADE	FUNÇÃO DE CONFIANC A	
COORDENADORIA	IV	Assessor Técnico	Advogado	01	COORDENADOR	
DE	111	Assistente Técnico	Técnico t» AdMinistracao Secretario	91 91 25		1
SEGURANCA		;	Técnico de Seguranca Legislativa	25		į
	II	Auxiliar de Administração	Auxiliar de AdMinistracao	- 02		30
COORDENADORIA	IV	Assessor Técnico	Técnico en Comunicacao Social	02	01 COORDENADOR	Ì
DE COMUNICACAO	III	Assistente Tecnico	Secretario	01		
SOCIAL	I	Agente de Apoio	Continuo	01		04
SECAO DE DIVUL-	IV	Assessor Técnico	Técnico ÍM Comunicação Social	03	OI CHEFE DE SECAO	
GACA 9 E RELA-	Ш	Assistente Técnico	Fotografo	01		
COES PUBLICAS	II	Auxiliar de Administração		01		05
s ecao de	IV	Assessor Técnico.	Técnico em Comunicação Social	82	01 CHEFE DE SECAO	Ì
RELA COES COM A	III	Assistente Técnico	Fotografo '	01		
IMPREMSA	II	Auxiliar de Administração	Auxiliar de Administracao	01		04
ONDENADORIA	IV	Assessor Técnico	Técnico em Comunicacao Social	02	01 COORDEHADOR	
DE CERINONIAL	II	Auxiliar de AdMinistracao	Auxiliar de Administracao Operador de Equipamento	01 02		05
COORDENADORIA DE	IV	Assessor Técnico	Economista	01	01 COORDENADOR	
Planejamento e	III	Assistente Técnico	Secretario .	01		
ELABORAÇÃO	II	Auxiliar de AdMinistracao	Auxiliar de Administracao	01		
orcanentaria	Ι	Agente de Apoio	Continuo	01		04
SECA > DE APOIO	IV	Assessor Técnico	Econowista Estatistico Sociologo	02 01 01	01 CHEFE DE SECAO	
AO PLANEJAKENTO	II	Auxiliar de AdMinistracao	Auxiliar de AdMinistracao	01		05
SECAO DE	IV	Assessor Técnico	Administrador Economista	01 01	01 CHEFE DE SECAO	
ELABORACAO	III	Assistente Técnico	Técnico em Administração Técnico em Contabilidade	01 92		
ORCAMENTARIA	II	Auxiliar de AdMinistracao	Auxiliar de Administracao	01		06
A «VALIACAO DE	10	Assessor Técnico	Estatístico Administrador Sociólogo	91 91 91	01 CHEFE DE SECAO	•
RESULTADOS	. II	Auxiliar de AdMinistracao	Auxiliar de Administracao	01		04
coordenadoria de	IV	Assessor Técnico	Analista de Sistemas Administrador	01 01	01 COORDENADOR	Ì
MODERNIZACAO E	III	Assistente Técnico	Secretario	01		
informatica	11	Auxiliar de AdMinistracao	Auxiliar de Administracao	81		
	1	Agente de Apoio	Continuo	01		85
SECA O DE ORGA HIZACAO E	IV	Assessor Técnico	Estatistico Administrador Analista de Sistemas	01 01 01	01 CHEFE DE SECAO	
NETODOS DE	111	Assistente Técnico	Programador de Computador	02		
TRABALHO	II	Auxiliar de AdMinistracao	Auxiliar de Administracao	01		86

63

QUANTITATIVO DE CARGOS E CATEGORIAS DA CAMARA LEGISLATIVA

ANEXO H

(RGAO NIVEL FUNCAO DE CONFIANCA CATEGORIA QUANTIDADE **CARGO** SECIAO DE IV 82 01 CHEFE DE SECAO Assessor Técnico Analista de Sistemas **ADMINISTRACAO** Programador de Computador 94 Assistente Técnico III Auxiliar de Administracao DE SISTEMAS Auxiliar de AdMinistracao 81 II 87 SECAC DE APOIO ΙÜ Assessor Técnico Analista de Sistemas 82 81 CHEFE DE SECAO 111 Assistente Técnico Programador de Computador 04 INFORMATIZACAO Auxiliar de AdMinistracao II Digitador Técnico de **Manutencao** de **Compu**-tador 12 94 22 Assessor Tecnico 81 83 01 COORDENADOR IU Revisor de Texto Técnico de **Comunicação** Social COORDENADORIA 111 Assistente Técnico Grafico Desenhista 07 04 DE Auxiliar de AdMinistracao Auxiliar Gráfico Diagramador II 81 Auxiliar **de** AdMinistracao EDITORACAO Τ Agente de Apoio Continuo 91 25 IU Assessor Legislativo 12 84 CHEFE DE SETOR 10 Assessor Tecnico Contador Advogado Economista COM 1SSOES PERMANENT ES Assistente Tecnico Secretario ΙU 04 II Auxiliar de AdMinistracao Auxiliar de AdMinistracao 04 31 Agente de Apoio Continuo 04 01 **BI DIRETOR** Assessor Legislativo ΙU DIRETORIA Assessor Técnico 01 TIJ Advogado III LEGISLATIVA Assistente Técnico 91 Secretario II Auxiliar de AdMinistracao Auxiliar de AdMinistracao 81 1 85 Agente de Apoio Continuo 01 DIUTSAO DE 81 CHEFE DE DIVISÃO TIJ Assessor Legislativo 01 111 INFORMAÇÃO E Assistente Técnico Auxiliar de Biblioteca e Arquivo 01 II animentacao Auxiliar de AdMinistracao Auxiliar de Administracao 81 T LEGISLATIVA 04 01 Agente de Apoio Continuo **81 CHEFE** DE SETOR ΙU Assessor Legislativo 81 SETOR DE Assessor Técnico 01 ΙU Arquivista **PRÓTOCOLO** 111 Assistente Técnico Auxiliar de Biblioteca e Arquivo 02 Auxiliar de AdMinistracao **Digitador** 02 **01** II LEG ISLATIVO Auxiliar de AdMinistracao I 68 01 Continuo Agente de Apoio 10 Assessor Legislativo 01 81 CHEFE DE SETOR **83** 06 Assessor Tecnico Bibliotecário Arquivista ΙU SITOR DE DOCUMENTACAO III08 Assistente Técnico Auxiliar de Biblioteca e Arquivo LEGISLATIVA Assistente Legislativo Técnico c/ Fornação en 20 Grau 02 111 Auxiliar de AdMinistracao Auxiliar de Administracao u 81 22 Continuo Agente de Apoio 01

QUANTITATIVO DE CARSÔS E CAIEGOJIAS DA CAMARA LEGISLATIVA

ANEXO U

ORGAO	NÍVEL	CARGO	CATEGORIA	QUANTIDADE	FUNÇÃO DE CONFIANCA
	ΙV	Assessor Legislativo		91	81 CHEFE DE SETOR
SETOR DE	IV	Assessor Tecnico	Bibliotecario Arquivista	25 81	
PESQUISA E	111	AssistenteTécnico	Auxiliar de Biblioteca e Arquivo		
RECUPERACAO	111	Assistente Legislativo	Técnico c/ Formação de 20 Grau	02	
DA I HFORMACAO	II	-	Auxiliar de Administração Digitador	81 91	
	I	Agente de Apoio	Continuo	91	: 1
IUISAO PE QUIGRAFIA E	ΙV	Assessor Legislativo	~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~	81	91 CHEFE DE DIVISAO
APOIO AO PLEMARIO	III	Assistente Legislativo	Técnico c/ Formação de 20 Grau	92	
PLEMRKIO	II	Auxiliar de Admnistracao	Auxiliar de Admnistracao	0 1	8
:	IV	Assessor Legislativo	***	81	81 CHEFE DE SETOR
	IV	Assessor Tecnico	Revisor Taquigrafico	19	
SEIOR DE	111	Assistente Legislativo	Taquigrafo	32	
_AQUIGRAFIA	III	Assistente Técnico	Auxiliar de Biblioteca e Arquivo	01	
	11	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Admnistracao	84	
	I	Agente de Apoio	Continuo	81	4
	IV	Assessor Legislativo		82	61 CHEFE DE SETOR
SETOR DE	III	Assistente Legislativo	Técnico c/ Formacao de 20 Grau	82	
APOIO AO	II	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Administracao Operador de Equipamento Locutor	82 03 82	
	I	Agente de Apoio	Atendente de Plenário Continuo	82 81	1
70	ΙV	Assessor Legislativo		82	81 CHEFE DE SETOR
SETOR N	111	Assistente Legislativo	Técnico c/ Formação de 20 Grau	83	
RIFTMITACAO,	111	Assistente Técnico	Auxiliar de Biblioteca e Arquivo	82	
ATIME SUMULA	22	Auxiliar de Admnistracao	Auxiliar de Administracao	02	
:	I	Agente de Apoio	Continuo	81	1
DIVISAO DE	IV	Assessor Legislativo		81	81 CHEFE DE DIVISAO
ASSESSORAMENTO	III	Assistente Legislativo	Técnico c/ Formacao de 20 Grau	81	
PARLAMENTAR	III	Assistente Técnico	Auxiliar de Biblioteca e Arquivo	81	
LHUMUMITHU	11	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Administracao	91	
: 	I	Agente de Apoio	Continuo	01	8
DIVISAO DE	IV	Assessor Legislativo		88	61 CHEFE DE SETOR
ASSESSORAMENTO	III	Assistente Legislativo	Técnico c/ Formacao de 20 Grau	85	
- Appendication	III	Assistente Técnico	Auxiliar de Biblioteca e Arquivo	81	
Threatenttur	II	Auxiliar de AdNinistracao	Auxiliar de AdNinistracao Digitador	84 82	
· !	Ι	Agente de Apoio	Continuo	81	2

24)

ANEXO II

ORGAO	HIVEL	CARGO	CATEGORIA	QUANTIDADE	FUNÇÃO DE CONFIANCA
	IV	Assessor Legislativo		48	01 CHEFE DE SETOR
SETOR DE	III	Assistente Legislativo	Técnico c/ Formação de 20 Grau	85	
SS ESS CRAMENTO	Н	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Administracao Digitador	84 81	
LIGISLATIVO	I	Agente de Apoio	Continuo	81	. 5
ASSESSORIA	IV	Assessor Legislativo		81	81 CHEFE DE ASSESSORIA
ESPECIAL DE	IV	Assessor Técnico	AdMinistrador	81	
11 SCALIZACAO	III	Assistente Técnico	Secretario	81	
E. CONTROLE	I	Agente de Apoio	Continuo	81	8
UNI DADE DE CONTROLE EXTERNO	10	Assessor Técnico	Pedagogo Economista Engenheiro Agronomo Contador Engenheiro de Transporte Advogado AdMinistrador Engenheiro Estatistico Medico Sanitarista	81 82 81 82 81 81 82 81	81 CHEFE DE UKI DA DE
	II	Auxiliar de AdMinistracao	Auxiliar de AdMinistracao	84	1′
UNIDADE PE AUDITORIA INTERNA	IV	Assessor Técnico Assistente Técnico	Economista Administrador Advogado Estatístico Contador	81 81 81 81 81	81 CHEFE DE UNIDADE
THEFT		Assistence recinco	Técnico e» AdMinistracao Técnico eu Contabilidade	81	
	II	Auxiliar de AdMinistracao	Auxiliar de Administracao	81	8
IRETORIA DE	IV	Assessor Legislativo	******	81	01 DIRETOR
RECURSOS		Assessor Técnico	AdMinistrador	81	
HUMAHOS	III	Assistente Técnico	Secretario	81	
Diutesa Do	1	Agente de Apoio	Continuo	81	81 CHEEF DE DIVIGÃO
DIVISAO DE	IV	Assessor Técnico	Advogado AdMinistrador	81 81	81 CHEFE DE DIVISÃO
SINOLUINENTO		Assistente Técnico	Técnico en Arquivo	61	
RECURSOS	II	Auxiliar de AdMinistracao	Auxiliar de Administracao	81	
HUMANOS	1	Agente de Apoio	Continuo	81	
SETOR II INOMENTO E ENVOVIMENTO	10	Assessor Técnico	Pedagogo Administrador Estatístico	01 81 81	81 CHEFE DE SETOR
	1111	Assistente Técnico	Técnico en AdMinistracao	81	
RECTRSOS	(I	Auxiliar de AdMinistracao	Auxiliar de AdMinistracao Digitador	01	;
SETOR DE	IV	Assessor Técnico	AdMinistrador Psicólogo Pedagogo	81 81 81	81 CHEFE DE SETOR
VALIACAO DE	III	Assistente Técnico	Técnico en AdMinistracao	81	
W SEMPENHO	111	Auxiliar de AdMinistracao	Auxiliar de AdMinistracao	81	8

ASSESSORIA DA MESA





ANEXO II

		All marine de	S. P. S. S. De Le Mary (S. S. S	tagin in 1878 kendi tinik sapaten inikki ajaga pakapakan sekisi kalen ili iniki suoi. 1880 si suoi 1880	ikata dibinasa nyanga	
OF	evo	nivel	car go	CATEGORIA	QUANTIDADE	FUNCAO DE CONFIANCA
	OR DE TANENTO	ΙV	Assessor Técnico	Pedagogo Administrador Psicologo	0 <u>1</u> 81	01 CHEFE DE SETOR
	LECAO	III	Assistente Técnico	Técnico em AdMinistracao	87	
		Н	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de AdMinistracao Digitador	91 81	. 86
DIVIS	AO DE	IV	Assessor Técnico	Contador Administrador	81 91	81 CHEFE DE SETOR
CADAS	TRO E	III	Assistente Tecnico	Técnico em Arquivo	81	
PAGAP	ENTO DE	, II	Auxiliar de Administração	Auxiliar de AdMinistracao	81	
PESSC	AL	I	Agente de Apoio	Continuo	81	85
SET	R DE	IU	Assessor Tecnico	Advogado Administrador	02 81	81 CHEFE DE SETOR
	SLACAO	III	Assistente Técnico • •	Técnico en Administração Técnico de Arquivo	81 81	
DE #	ESSOAL	II	 Auxiliar de Aditinistracao	Auxiliar de AdMinistracao	03	83
SET	R DE	IV	Assessor Técnico	Administrador Estatistico	81 81	81 CHEFE DE SETOR
	STRO E	111	Assistente Técnico	Técnico em Administracao Técnico de Arquivo	83 81	
PAGA	MENTO	II	Auxiliar de Administracao	-	83 81	19
	AO DE	IU	Assessor Técnico	Assistente Social Odontologo Advogado	81 81 82	81 CHEFE CE DIVISAO
	IDADE	II	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Administracao	81	
500	IAL	I	Agente de Apoio	Continuo	81	96
ana		ΙÜ	Assessor Técnico	Assistente Social Técnico em Cálculos Atuariais	81 81	81 CHEFE DE SETOR
	R DE FICIOS	III	Assistente Técnico	Técnico ew Administracao Técnico em Beneficios	81	
		11	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Administracao Digitador	01 81	86
ū	R DE	10	Assessor Técnico	Medico Enfermeira	84 82	81 CHEFE DE SETOR
1	STENCIA	111	Assistente Técnico	Tecnico em Seguranca do trabalho Auxinar de Enfermagem	81 83	
A SA	UDE	II	Auxiliar de Administraca o		81	11
SETÒ	R DE	IU	Assessor Técnico	Assistente Social	82	81 CHEFE DE SETOR
[1]	TENCIA	ш	Assistente Técnico	Tecnico de Arguivo Técnico em Administracao	81 81,	
SOC	IAL	II	Auxiliar de AdMinistracao	Auxiliar de AdMinistracao	81	95
	RIA DE	10	Assessor Legislativo	484	81	91 DIRETOR
INOM	EIRO E STRATIVO	10	Assessor Técnico	Administrador	81	
tinll j	TIMITAN	Ш	Assistente Técnico	Secretario	81	93

86



QUANTITATIVO DE CARGOS E CATEGORIAS DA CAMARA LEGISLATIVA

ANEXO II

سسسر		-		and the stability of the angle of the literature of the state of the s	Panensu Print	
::	ÓRGÃO	NÍVEL		CAYEGORIA	QUANT IDADE	FUNÇÃO DE CONFIANCA
PIN	ISAO N ANCAS,	IV	Assessor Técnico	Economista Contador	91 91	01 CHEFE DE DIVISÃO
ÇÓ	TABILIDADE RCAMENTO	u	Auxiliar de Administração	Auxiliar de Administracao	82	
		I	Agente de Apoio	Continuo	81	85
s	etor DE	IV	Assessor Técnico	Economista Contador	01 81	01 CHEFE DE SETOR
f	INANCAS	111	Assistente Técnico	Técnico em Contabilidade	91	
 		II	Auxiliar de Administração	Auxiliar de Administracao	01	04
Ç	etor n	IV	Assessor Técnico	Contador	61	81 CHEFE DE SETOR
Ī	TABILIDADE	III	Assistente Técnico	Técnico em Contabilidade	92	
	111111111111111111111111111111111111111	II	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Administracao	01	. 04
S	ETOR DE	IV	Assessor Técnico	Economista	02	01 CHEFE DE SETOR
-	XECUCAO	III	Assistente Técnico	Técnico em Contabilidade	81	
OR	CAMENTARIA	II	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Administração	T 01	04
D	IVISAO DE	IV	Assessor Técnico	Administrador Advogado	01 01	81 CHEFE DE DIVISÃO
×	ATERIAL E	II	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Administracao	01	
1	ftlRIHON	lΦ	Agente de Apoio	Continuo	01	84
O	ETOR DE	IV	Assessor Técnico	Administrador	01	01 CHEFE DE SEIOR
	ompras	III	Assistente Técnico	Técnico em Administração Técnico de Arquivo	81 01	
		11	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Administração	01	04
S	JETOR DE	IV	Assessor Técnico	Administrador	81	01 CHEFE DE SETOR
	ATRIMONIO	III	Assistente Técnico	Técnico de Administração	18	
<u>1</u>		u	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Administração	01	03
S	CTOR DE	10	Assessor Técnico	Administrador	81	01 CHEFE DE SETOR
	MOXARIFADO	III	Assistente Técnico	Técnico em Administração	81	
		II	Auxiliar de Administração		01	03
	lvisão de	IU	Assessor Técnico	Administrador Engenheiro	81	01 CHEFE DE DIVISÃO
S	ERVICOS	III ·	Assistente Técnico	Técnico em Administração	01	
G	ERAIS	II	Auxiliar de Administração	Auxiliar de Administração	01	
		[[Agente de Apoio	Continuo	01	05
	ETORDE	IV	Assessor Técnico	Administrador	01	01 CHEFE DE SETOR
	MUNI CACOES	III	Assistente Técnico	Tecnjco em Administração Técnico de Arquivo	0 <u>1</u> 91	
ADMI	NISTRATIVAS	II	Auxiliar de Administração	Auxiliar de Administração	91	04
	noR DE	IV	Assessor Técnico	Administrador	91	91 CHEFE DE SETOR
	ANSPORTE	111	Assistente Técnico	Técnico em Administração	01	
1.7	a invieni	II	Auxiliar de Administracao	Auxiliar de Administração Motorista	01 08	11

27

QUANTITATIVO ÉE CARGOS E CATEGORIAS DA CAMARA LEGISLATIVA

ANEXO II

ÓRGÃO	NÍVEL	CARGO	CATEGORIA	QUANTIDADE	
	10	Assessor Técnico	Engenheiro fldMinistrador Arquiteto	91 81	81 CHEFE DE SETOR
SETOR DE	1		Técnico en Administracao Auxiliar de Administracao Telefonista	81 82 84	
SERVIÇOS AUXILIARES	I	Agente de Apoio	Continua Servente Jardineiro Harceneiro Eletricista Bonbeiro Garcon Copeiro Uigia	91 26 82 82 82 82 82 87 88 15	

ANEXO III

ANEXO HI

CARGOS EN COMISSÃO

TABELA DE NEMMERAÇÃO

NIV	EL		VENCIMENTO MENSAL	GRATIFICACAO	RETALNERACAO	ODGÃO BA GARGO		REMUNERAÇÃO:
espe	CIAL	CHEFE M CONS. JURÍDICA DIRETOR ASS. ESPEC. DE FISC. E CONT.	285.828,88	723.587,88	1.009.355,00	157.205,00	723.587,00	889.712,98
,		CHEFE DE GABINETE	356.294,88	614.688,66	978.983,54	_	614.608,66	978.983,54
, I	1	CHEFE DE UNIDADE				126.157,08	579.710,89	785.867,88
•		COORDENADOR	. ,			188.926,68	463.768,88	564.694,80

* US VALORES REFERIDOS KA TABELA SAO DE OUTUBRO DE 1991.

ANEXOIV

ASSESSORIA DA ALE

AHEXO - IV

CARGOS EM COMISSÃO

TABELA **DE REMUNERAÇÃO** DE GABINETE PARLAMENTAR E LIDERANÇAS DE PARTIDO

NIVI	:[CARGO	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO
FS .		ASSESSOR PARLAMENTAR	231.591,67	399.495,63	631.087,30
FS.	I	ASSESSOR PARLAMENTAR	308.788,90	532.660,84	841.449,74
FS.	11	ASSESSOR PARLAMENTAR	385.986,12	665.826,06	1.051.812,18
FS.	V	CHEFE DE GABINETE	463.183,34	798.991,26	1.262.174,68
FB.		SECRETARIO PARLAMENTAR	123.515,55	213.864,33	336.579,88
Fb.	1	SECRETARIO PARLAMENTAR	154.394,45	266.330,42	420.724,87
FB.	n	SECRETARIO PARLAMENTAR	185.273,34	319.596,50	584.869,84
FC.		AUXILIAR DE GABINETE	61.757,77	186.532,17	168.289,94
FC.	1	AUXILIAR DE GABINETE	77.197.22	133.165,28	210.362,42
FC.	11	AUXILIAR DE GABINETE	92.636,66	159.798,25	252.434,91

TABELA DE REMUNERAÇÃO COM VALORES ATUALIZADOS DE HOVEMBRO DE 1991, INCLUÍDO A APTECIPAÇÃO SALARIAL E EXCLUÍDO O ADICIONAL DE ATIVIDADES LEGISLATIVA DE 38X SCHRE A REMUNERAÇÃO.

ANEXOV

ANEXO V

FUNCOES DE CONFIANCA

TABELA DE REMINERACAO

NIV	EL	IIIULO DO CARGO	MEHSAL	GRATIFICAÇÃO		OPÇAO P/ CARGO 55% VENC. MENSAL		REMUNERAÇÃO
ESPE	C1AL	CHEFE DÁ CONS. JURÍDICA DIRETOR ASS. ESPEC. DE FISC. E CONT.	285.828,00	723.587,88	1.809.355,00	157.205,00	723.507,00	889.712,00
I		CHEFE DE DIUISAO CHEFE DE UNIDADE	229.376,89	579.718,00	809.086,00	126.157,89	579.710,00	785.867,89
	I	COORDENADOR	183.591,89	463.768,00	647.269,89	188.926,83	463.768,88	564.694,88
Į	U	CHEFE DE SETOR	137.625,89	347.826,88	485.451,88	75.694,00	347.826,88	423.529,00
C^{-1}	1)	CHEFE DE SECAO SECRETARIA DE diretor	119.189,89	278.261,88	388.361,89	69.555,89	278.261,08	338.816,90
	y	SECRETARIA	91.751,88	231.884,88	323.635,00	59.464,00	231.884,88	282.348,09

S VALORES REFERIDOS NA TABELA SAO DE OUTUBRO DE 1991.

ANEXO VI

ANEXO VI

DESCRICAO DOS CARGOS DE CARREIRA

TÍTULO DO CARGO: ASSESSOR LEGISLATIVO

DESCRICÃO SUMÁRIA

- Supervisionar, coordenar, orientar e/ou executar atividades inerentes à assistência técnica, pesquisa, aná-lise, recuperação e divulgação da informação, visando ao desenvolvimento de trabalhos legislativos;
- Prestar assistência à Mesa, Comissões, Liderancas e Deputados, em matéria constitucional, regimental, de técnicalegislativa, entreoutras;
- Subsidiar a Mesa, Comissões, Lideranças <-: Deputados, objetivando a elaboração de projetos, emendas, relatórios, pareceres, redação final de proposições, entre outros documentos de natureza legislativa;
- Coordenar, orientar «/ou executar as «tividades necessárias ao desenvolvimento das Comissões Técnicas;
- Fornecer subsídios para a elaboração de pareceres, relatórios, emendas e informações em processos que tratem de matéria financeira e orçamentária, através da coleta de dados e informações;
 - Executar outras atividades correlatas.

ASSESSORIA DA MESA

- Efetuar e atender ligações telefônicas, prestando informações e transmitindo recados;
- Executar atividades relativas ao registro taquigráfico, direto ou através de fitas gravadas, de debates,
 pronunciamento, depoimentos, exposições, palestras e assuntos correlatos, em Comissões e nas Sessões da Câmara Legislativa, com a respectiva conferência e observândia das normas regulamentares e, por determinação superior, de reuniões
 de entidades que envolvam assuntos relacionados com as atividades legislativas;
 - Executar outras atividades correlatas.

37

TÍTULO DO CARGO: ASSESSOR TÉCNICO

DESCRIÇÃO, SUMÁRIA

- Supervisionar, coordenar, orientar e/ou executar as atividades inerentes à assistência técnica, pesquisa, análise, compilação, recuperação e divulgação da informação, visando ao desenvolvimento de trabalhos administrativos;
- Prestar assistência à Mesa, Comissão, Lideranças e Deputados, em matéria constitucional, regimental, de procedimentos administrativos, entre outros;
- •••• Subsidiar a Mesa, Comissão, Liderança (í Deput: a~dos, objetivando a elaboração de projetos, emendas, relatórios, redação final de proposições, entre outros;
- Coordenar, orientar e/ou executar as atividades necessárias ao desenvolvimento dos procedimentos relativos a planejamento, administração, desenvolvimento e acompanhamento de Recursos Humanos, Organização, Sistema e? métodos, Desenvolvimento Organizacional, Administrativo, Finanças, Contabilidade, Comunicação Social, Engenharia, Documentação, Planejamento, Material e Patrimônio, entre outras;
- -- Fornecer subsídios para a elaboração de pareceres, relatórios, emendas e informações em processos que tratem de matéria financeira e orçamentária, através da coleta de dados e informações;
- Planejar, supervisionar, controlar e executar atividades relacionadas à área de segurança e manutenção da ordem, na Câmara Legislativa, entre outras;
 - Executar outras atividades correlatas.

38

TÍTULO DO CARGO! ASSISTENTE JÉCNICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Executar atividades de apoio técnico, transmitindo, quando necessário, instruções a outros cargos cujas ações sejam de menor complexidade;
- Assistir na execução das atividades pertinentes a sua Unidade Organizacional;
- Realizar, sob supervisão e quando solicitado, estudos B pesquisas preliminares em sua área de atuação;
- Executar, sob supervisão, as atividades necessárias ao desenvolvimento dos procedimentos relativos à Administração, Planejamento, Desenvolvimento e Acompanhamento de Recursos Humanos, Organização e Finanças, Contabilidade, Comunicação Social, Engenharia, Documentação, Planejamento, Material e Patrimônio, Segurança Legislativa, entre outras;
- Executar e revisar serviços de datilografia de interesse do desenvolvimento das atividades técnicas e administrativas;
- Efetuar e atender ligações telefônicas, prestando informações;
- Executar atividades relacionadas à área de Processamento de Dados e informática, tais como! elaborar programas, estudando e analisando seus objetivos, acompanhar a implantação dos sistemas, confeccionar manuais, instruções, listagens e outros informes, e executar outras atividades inerentes à área e de mesmo grau de dificuldade;
- Executar atividades vinculadas à área de Serviços Auxiliares, tais como: operar máquinas fotográficas, acessórios e outros; e executar outras atividades inerentes à área.
 - Executar outras atividades c:orrc:latas.

TÍTULO DO CARDO: AUXILIAR DA ADMINISTRAÇÃO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Executar atividades de auxílio técnico e administrativo relativas a planejamento, administração, desenvolvimento e acompanhamento de Recursos Humanos, Organização, Sistemas e Métodos, Desenvolvimento Organizacional, Finanças, Contabilidade, Comunicação Social, Engenharia, Documentação, Planejamento, Material e Patrimônio, Segurança Legislativa, Serviços Gerais, entre outras;
- •••• Executar e revisar serviços de datilografia de interesse do deseñvolvimento das atividades técnicas e administrativas;
- Efetuar e atender ligações telefônicas, prestando informações, anotando e transmitindo recados;
- Realizar outras atividades de natureza repetitiva, envolvendo execução permanente de trabalhos de impressão gráfica e de expediente e demais atos administrativos;
- -- Manejar mesa telefónica, completando ligações, prestando informações e zelando pelo perfeito funcionamento do equipamento;
- Conduzir veículos automotores, transportando pessoas, executando atividades de transporte de cargas, efetuando manutenção preventiva dos veículos sob sua responsabilidade;
- Executar atividades relacionadas com os serviços de segurança, policiamento, vigilância e manutenção da ordem da Câmará Legislativa;
- Executar atividades relacionadas com a área de Processamento de Dados <-: Informática, tais como: digitar informações, efetuar correções em informações digitadas e demais atividades inerentes à área e de mesmo grau de dificuldade.
- Executar atividades relacionadas à área de Processamento de Dados e Informática, tais como: operar computadores eletrônicos, regular os mecanismos de controle da computador e equipamentos; e executar outras atividades inerentes à área e de mesmo grau de dificuldade.
 - Executar outras atividades correlatas.

TÍTULO DO CARGO: AGENTE DE APOIO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- -- Executar ativichulés e tarefas de Serviços Gerais, tais como: carga e descarga de veículos, transporte manual de pequenas cargas, entrega e conferência de materiais, execução de tarefas rotineiras de limpeza nas dependências internas e externas da Câmara;
- -•• Executar atividades e tarefas relativas a serviços de jardinagem, tais como: tratar a terra, plantar, conservar e cuidar da manutenção dos jardins e vasos ornamentais da Câmara;
- -- Executar atividades e tarefas relativas a servicos de copa, tais como: preparação de sucos, cafés, chás, leite e lanche, servindo-os nas salas de trabalho e demais dependências da Câmara;
- Executar atividades e tarefas auxiliares relativas a serviços gráficos, tais como: impressão dK textos e outras atividades inerentes à área;
- Executar atividades e t:arefas; relativas à entrada e saída de servidores e demais pessoas nas dependências da Câmara, prestar informações e atender telefones e demais atividades inerentes à área;
- Executar atividades e tarefas relativas a servicos de reprografía, tais como: operar máquinas copiadoras, efetuar controle diário de cópias e demais atividades inerentes à á ea;
- •••• Executar atividades e tarefas relativas à área de serviços gerais, tais como: receber e entregar documentos e correspondências internas K externaE; , despachar c:orrespondências em geral nos Correios, Aeroportos; efetuar penuemas comPras e pagamentos e demais «xtividades int:rentes à área.
- Executar atividades e tarefas dt: área de Manutenção Geral, tais corno! instalar circuitos elétricos; instalar circuitos elétricos; instalaçãos e identificar defeitos; efetuar reparos K manutenção em instalações e aparelhos elétricos e eletrônicos e executar outras atividades inerentes à área.
- Executar atividades e tarefas da área de Manutenção Geral, tais como: confeccionar peças de madeira, efetuar reparos e manutenção em geral e executar outras atividades inerentes à área.

42

ANEXO VII

.,

CATEGORIA PROFISSIONAIS PREVISTAS

ANEXO VII

CARGOS							
CATEGORIA	ASSESSOR TECNICO	ASSESSOR LEGISLATIVO			AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AGENTE DE APOIO	TOTAL
administrador	28	-	_			_	28
ADUQGADO	25	-	-	-	-	-	25
fi llasta de sistemas	86	-	-	-	-	-	86
ARQUITETO	81	-	_	- ,	-	-	81
ARQUIVISTA	08	-	-	- · ·	- !	-	88
ASSISTENTE SOCIAL	84	-	_	-	-	-	j 84
ATE RDENTE DE PLENÁRIO	-	_	-	-	-	82	82
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	i - ;	-	-	-	88	-	88
AUXILIAR DE BIBLIOTECA E ARQUIVO	-	-	20	_	-		20
AUX LIAR DE ENFERMAGEN	- !	_	83	_		-	83
AUX LIAR GRÁFICO	ļ - j	-	-	-	86	-	86
BIBLIOTECARIO	88	_	-	-	-	-	88
BONBEIRO		-	-	_	-	82	82
COPTIRO		-	-	-	_	88	88
CONTADOR	88	-	-	-	_	-	88
Cdinuo	-	-	-	-	-	34	34
DIGITADOR	-	-	_	-	21	_	21
DESTACLISTA	_		84	_	_	-	84
DIAGRAMADOR	-	-	-	-	82	- 1	82
ECONOMISTA	14	- 1	_	_ !	-	-	14
ELETRICISTA	-	-	-	_	-	02	82
enferme i ro	82	-	_	•	-	-	83
ENGENHEIRO	84	-	-	-	-	_	84
ENGENHEIRO AGRÓNOMO	01	-	-	-	-	-	81
ENGINHEIRO DE TRANSPORTE	91	_	_	_	-	-	81
ESTA TISTICO	87	_	-	_	- !	-	87
FOTOGRAFO] - ;	-	82	"	"	_	82
GARCON	-	_	-	-	_	07	87
TICO	-	- ,	87	-	-	-	87
4ARDINEIRO	-	-	-	-	-	82	82
LOCUTOR	i – į	_	_	_	82	-	82
MARCENEI RO	-	-	-	-	"	82	82
MED 1 CO	04	-	-	-	-	-	84
MOLCO SANITARISTA	81	-	-	-	-	-	81
HOTORISTA	_	-	_	-	88 '	-	88
ODONTOLOGO	81	-	-	_	"	"	31
OPERADOR DE EQUIPAMENTO	-	_	-	-	85	-	85
PEDA GOGO	04	_	_		_	"	94
PROCRAMADOR DE COMPUTADOR	_	_	11	_	_	-	11
PSI corogo	02				<u>-</u>		1 92

CATEGORIA PROFISSIONAIS PREVISTAS

(44)

ANEXO VII

	C fl R G O S								
CATEGORIA	ASSESSOR TECNICO	ASSESSOR LEGISLATIUO	ASSISTENTE TECNICO	ASSISTENTE LEGISLATIVO	AUXILIAR Administratiuo	AGENTE DE APOIO	TOTAL		
REVISORTAQUIGRAFICO	18	_	_	_	_		10		
REVISOR DE TEXIO	03	-	_	-	-	-	03		
secm AR 10	_ '	- !	21	- '	-	-	21		
SERVENTE	_	- '	<u>-</u>	-	_	26	26		
1octologo	02	-	`-	-	_	-	02		
raquigrafo	-	-	_	32	-	i - i	32		
TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO	. –	-	19	-	-	-	19		
TECNICO DE ARQUIVO	-	_	07	_	-	-	07		
TECNICO DE BENEFICIO	-	-	01	-	-	-	01		
T E CNICO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	10	} -	-	-	-	- !	10		
I CNICO DE CONTABILIDADE	-		08	_	-	-	08		
Ţ E CNICO DE SEGURANÇA LEGISLATIVA	-	-	25	_	-	- !	25		
TECNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	7.72	-	01	_	-	-	01		
͇CNICO 🗘 FORMAÇÃO DE 2₀ GRAU	-	-	-	22	-	-	22		
tronico de cálculos atuariais	91	-	-	-	-	-	01		
TEC. DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR		-	-	-	04	-	04		
HELEFONISTA	_	- '	-	-	84	-	04		
VIGIA	-	-	-	-	•	15	15		
SUB-TOTAL	155	_ ·	129	54	140	188	578		
ASSESSOR LEGISLATIVO	ı						95		
K ITAL GERAL							673		

ı

46.1

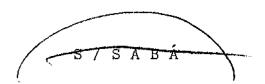
Clarice / Maria 06.12

> O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Em discussão. Nao havendo quem queira discutir, passaremos à votaço.

Os Srs. Deputados que são pela aprovação da Redação Final do Projeto de Resolução queiram permanecer como estão. Está aprovado.

Por solicitação do Deputado Carlos Alberto, passaremos agora à discussão e votação, em 22 turno, do Projeto de Resolução nº 091 de 1991, que dispõe sobre o Concurso Publico para preenchimento dos cargos do Quadro Funcional da Camará Legislativa do Distrito Federal .

Autor: Mesa Diretora.



SABÁ 09.12 (bant. o. In Presducto)

17:30

E.47-1

Convido o Deputado Benício Tavares a assumir a Presidên cia dos nossos trabalhos.

(Assume a Presidência o Deputado Benicio Tavares)

O SR. PRESIDENTE (Benicio Tavares) - Solicito ao Sr. Se cretário que proceda à leitura do 3° item da Ordem do Dia.

(0 sr. Secretário

"Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Reso lução nº 091/91, que dispõe sobre o concurso publico para preenchimen to dos cargos do quadro funcional da Câmara Legislativa do Distrito Federal, de Autoria do Descritorio.

Ó SR. PRESIDENTE -

S/Lilian

Lilian/Alznia

10/12 17h32

48/1

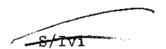
O SR. PRESIDENTE (Benício TAvares) - Com a palavra o Sr. Relator da Mesa, Deputado José Ornellas, para emitir parecer sobre as emendas de 2º turno.

O SR JOSÉ ORNELLAS (PL. Profere o seguinte parecer.)...

S/Francoska

0 - 49/01

O SR. JOSÉ ORNELLAS (PL. Profere o seguinte parecer) Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de iniciar a leitura do meu parecer pego aos companheiros que, ao acompanharem a leitura façamas
devidas correções, porque as emendas não são de primeiro turno, mas de
segundo turno. Em nosso parecer elas saíram como se fossem de primeiro turno.



49

Ivi/Alzira 10.12 17h36min E/50.1

bout. OSR. JOSÉ ORNELLAS

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N2 091

PARECER Nº /91

Da Mesa Diretora sobre as emendas de Le tur no apresentadas ao Projeto de Resolução nº 091/91, que trata das diretrizes para a rea lização de concursos públicos pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Relator: Deputado JOSÉ ORNELLAS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Resolução em tela, apresentado pelo **Deputado Pedro Celso**, tem por objetivo estabelecer normas e definir as etapas que deverão nortear a realização do Concurso Publico para a investidura nos cargos de Provimento Efetivo ou de Carreira do Quadro de Pessoal da Câmará Legislativa do Distrito Federal.

O Projeto de Lei n^ϱ 091, foi apreciado em sessão anterior $\sqrt[4]{quan}$ do este Relator apresentou parecer, com 9 (nove) emendas.

Pertinente ao Projeto de Lei ora em exame foram apresentadas ainda 32 (trinta e duas) emendas de 2º turno.

II - PARECER

Partindo, portanto, do texto inicial com as emendas de Relator, passamos a dar o parecer sobre as 32 emendas de \mathfrak{A}^{ϱ} turno:

1. Apresentadas pelo **Deputado Pedro Celso**

a. Aprovadas

- emendas $n^{\circ}s$ 03, 04 e 08; contribuem para o aperfeiçoamento do texto original;
- emendas n^{o} s 05, 06, 07 e 20; ajustam o texto ao Plano de Carreira antono e
- emendas Nºs 02, 10, 11, 14, 17, 18 e 19; nos termos das justificativas apresentadas pelo autor;

b. Prejudicadas

- emenda nº 01; não altera em nada o texto original;
- emenda n^{o} 12; nos termos de subemenda apresentada pelo Relator;
 - emenda nº 16; a matéria já está atendida através da

emenda nº 07 ...

A S/Lúo1a





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

02

emenda nº 07 do Relator, apresentada antes da discussão em 1º turno;

-emenda nº 21; julgamos que os arts. 38 e 39 estio situados adequadamente dentro do contexto do Projeto de Lei;

-emenda n^{ϱ} 23; os arts. 52 e 53 não existem no original e acreditamos que o art. 51 deva permanecer no texto;

-emenda nº 24; a emenda será acatada nos termos de subemenda do Relator, uma vez que o seu terceiro artigo versa sobre matéria que já está contemplada no art. 51 do texto original.

c. Rejeitadas

-emenda nº 09; julgamos que o texto original ... me-

Thor redocto. -emenda nº 13; a justificativa do autor não é convincente quanto à transformação sugerida, além de mudar o texto já aprovado, sem apresentar justificativa;

-emenda n^{ϱ} 15; entendemos que os detalhes contidos na emenda apresentada são pertinentes ao edital do concurso;

-emenda nº 22; acreditamos que a sugestão não integralmente aos princípios normais que regem a realização de concur sos públicos.

2. Apresentadas pelo Deputado Fernando Naves

a. Aprovadas

-emendas nºs25, 27 e 28; nos termos das justificativas apresentadas pelo autor.

b. Prejudicadas

-emendas $n^{\circ}s$ 30, 31 e 32; nos termos de subemendas apresentadas pelo Relator;

-emenda nº 29; foi acatada emenda de teor semelhante, de autoria do **Deputado Pedro Celso** (emenda nº 02).

c. Rejeitadas

-emenda nº 26; o caput do artigo 30 contém a expressão "poderão", não é obrigatório; por isso julgamos conveniente a manutenção no texte da expressão... SEGUE AYA:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

03

nutenção no texto da expressão **"oral"** que, em caso de futura necessidade, poderá permitir a utilização dessa modalidade de prova.

3. Subemendas de Relator

Em consequência da análise acima realizada, apresento as seguintes subemendas de Relator:

.Subemenda nº 01
De-se ao parágrafo único do art. 15 a seguinte redação:
"Art. 15 Parágrafo único. A comissão de que trata este artigo se rá composta por um representante de cada integrante da Mesa Diretora e presidida pelo representante da lª Secretaria."
Justificativa
Atende parcialmente às sugestões contidas nas emendas a- presentadas; aprimora o texto e mantém a atribuição da 1ª Secretaria em presidir os trabalhos.
.Subemenda nº 02
Suprima-se da emenda aditiva nº 24 o seu último artigo.
Justificativa
A matéria já está regulada no art. 51 do texto original

.Subemenda nº 03

De-se	ao	inciso	IV do	art.	14 a	seguinte	redação:
"Art.	14						
	• • •			• • • • • •			

IV - homologar e publicar o resultado dos concursos,

Justificativa

Aprimorar a redação do texto.



Aya/Alicéa 10/12 17:40

E.52.2



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

04

.Subemenda nº 04

De-se ao art. 36 a seguinte redação:

"Art. 36. O gabarito das provas será divulgado após a realização das mesmas, pelo órgão executor do convénio, para conhecimento dos candidatos."

Justificativa

Conveniência de se definir a responsabilidade pela divulgação dos gabaritos das provas.

III - VOTO

Em consequência pronuncio-me pela aprovação do Projeto de Lei n° 091/1991, com as emendas e subemendas de Relator e as emendas de 1° turno aprovadas.

Sala das Sessões, 10 de dez embro de 1991

Deputado José ORNELLAS

Relator

O SR. PRESIDENTE (Benicio Tavares) - ...

S/ Gilwânia

E/53.1

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Convido o Deputado Salviano Guimarães a ocupar a Presidência.

O SR. SALVIANO GUIMARÃES (PFL. Sem revisão do orador.) Em discussão.

Com a palavra o Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados J fm relação ao Projeto de Resolução n- 91 que trata das diretrizes para a realização do concurso público pela Mesa Legislativa do Distrito Federal, estamos entrando com um substitutivo



E.54.1

(Gilson Araújo)

de 1991 porque o Projeto de Risolução apresentado dá um detalhamento que criar Aificuldades no acompanhamento e realização desse concurso. Nesses esentido, estou entrando com um substitutivo e peço que esta Casa discuta-o e delibere para que possamos fazer um acompanhamento desse concurso. O substitutivo que estou apresentando, de vários Deputados, não atrasará o concurso, mas da forma com que o concurso está sendo proposto deixa margens para outras interpretações na elaboração.

O concurso está amarrado nas Secretarias, onde os Deputados não terão muita chance de,depois de aprovada a resolução, acompanhar de perto esse concurso. Vai ficar sob a responsabilidade da Secretaria a autonomia para deliberações do concurso, quando elas devem ser dos Deputados.

s/adriana sá

17:46

Portanto, quem tem que deliberar são os Deputados, a res ponsabilidade do concurso é muito grande para deixar nas mãos do funcionários desta Casa. Os funcionários que estão aqui têm que desenvolver, que trabalhar na parte técnica. A deliberação deverá ser acompanhada pela Mesa, pelas lideranças d**e** Partidos e pelas Lideranças de Blocos Partidários. NÓS, Deputados, temos uma grande responsabilidade pela lisura e transparência deste concurso, jamais deveremos deixar que - seja deliberado a nível de qualquer secretaria, a nivel de qualquer funcionário, porque a • é ampla, 😢 vai atingir todos os segmentos responsabilidade . os Deputados tem . delīberar, do Distrito Federal. Portanto, acompanhar passo a passo o concurso. As deliberações e as decisões devem ser dos 24 Deputados e não de funcionários nomeados em livre comissão, que não devem ter autonomia para deliberar sobre as etapas e decisões do concurso, porque a responsabilidade perante à sociedade é muito grande. Os funcionários em comissão desta Casa têm que desenvolver a parte técnica

S/Sulamita

SULAMITA/ALICÉA

10/12/91

17h48m

E-56-1

Gilson Araújo

a parte t , as etapas do concurso acompanhadas pelo Srs. Deputados.

Portanto, Sr. Presidente, vou distribuir uma cópia do substitutivo a cada Deputado onde coloco as deliberações devem ficar no Plenário, as deliberações do concurso devem ter a participação de cada Deputado desta Casa. Um concurso para a Câmara Legislativa é coisa séria, um concurso para a Camará Legislativa deve ter transparência e não estaremos fugindo das nossas responsabilidades, quando nós firmarmos grupo de funcionários para deliberar sobre o concurso.

Gostaria que o Sr. Presidente colocasse emdiscussão o substitutivo. É um absurdo. Deputado Geraldo Magela j Por que é um absurdo?

Porque são os Deputados é que: têm que que deliberar e não funcionários da secretaria.

Era isso, Sr. Presidente.

- O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) Com a palavra o Sr. Deputado Geraldo Magela.
- O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, pela manhã, Sr. Presidente V. Exa.



SULAMITA/ALICEA 10/12 17h48m E-57

Geraldo Magela

infeliezmente não estava presidindo a sessão quando fiz um discurso e dizia que tinha inimigos do concurso público. Aqui tem 10 Deputados que assinaram o projeto que 'um golpe concurso. .

S/Cristina

(Deputado Geraldo Magela)

3Se estes Deputados mantem a sua assinatura neste proeles
jeto, são os primeiros que denuncio como inimigos do concurso público desta Casa. E digo por quê olhem o que o projeto diz vamos
distribuir isto, vai ficar na história da Casa. Vamos fazer panfle
tos com este projeto A Mesa fica autorizada a promover concurso...

T**d**do isso que está no projeto apresentado pela **Primeira**Secretaria vai sair do Plenário e : passar para a Mesa deliberar.

Primeira coisa o discurso do Deputado Gilson Araújo dizendo que é muito demogrático, que vai tirar do Plenário, que vai tirar dos Deputados. . Quero dizer seputado que os Deputados não têm que opinar sobre o concurso, a não ser na sua aprovação aqui.

depois de feito o concurso. O Deputado tem que aprovar o projeto aqui e depois tem que sair. Quem tem que fazer e a comissão técnica, é a empresa que for contratada para isso. Deputado não pode ficar dando opiniao depois. Se é isso que . Exa. quer, tem tyw-e assumir com todas as letras. Vamos começar a assumir de público o que se quer nesta Casa.

Vou começar a denunciar.sim.

5. Exa. é o primeiro interessado em inviabilizar o concur aporta so desta Casa. Porque a primeira assinatura aporta no projeto.

Quero dizer que o projeto 🕏

B

ria estava muito bem elaborado. Foi elogiado por uma das pessoas mais sérias desta Casa, Deputado José Ornellas, que em seu relatório apresentou emendas e subemendas para aperfeiçoa projeto. Não vamos aceitar nenhum tipo de chantagem, de vir dizer que se o projeto ficasse como estava, iria ficar nas mãos do funcionário Alberto Barbosa.

Unostacettar esse tipo de chantagom. Nos vamos aceitar e vamos denunciar

aqueles ...

S/DIANA

DIANA/ARNAUD 10/12/91 17h52min

E.59.01

(O Sr. Geraldo Magela)

vanos aceitarYe vamos denunciar aqueles que quiserem mais uma vez adiar . o concurso público desta Casa.

O que este projeto faz é jogar calendas gregas, É jogar para o dia de São Nunca a realização do concurso. É isto que esse projeto faz.

Quero desafiar os dez Deputados que assinaram esse projeto a virem justificá-lo aqui na frente.

Quero ver no que ele é mais domocrático do que o outro, No que ele é mais transparente que o outro. No que ele garante mais lisura do que o outro.

O outro projeto faz exatamente detalhar como é que deve ser o edital. Quem deve controlar é a Mesa, mas quem deve dirigir é a Secretaria de Recursos Humanos, sim, porque é a ela que está afeta a questão de concursos.

Agora, Sr. Presidente, espero que V.ExQ. assine em baixo num projeto dessa natureza. Isto é uma desmoralização para a Casa.

tribuna

raqui indignado, porque tem um ano que estamos discutindo o projeto e chega na hora de aprova me vem com uma proposta dessa, vem com um golpe. Isto aqui é um golpe. Isto aqui é puxar o tapete. Isto precisa ser denunciado. Desafio inclusive os profissionais da imprenDIANA/ARNAUD

10/12/91

<u> 17h52min - E.59.02</u>

sa a assumir esta bandeira, que não é da moralização.

È por isso que o Legislativo está indo para onde vai.

É por essa e outras que não temos mais condições de

Cender esta casa...

S/YUSSARA

JUSSARA/ ARNAUD

10.12.91 17:54 E- 59.1

continua Geraldo Magela)

contra a populaço do Distrito Federal.

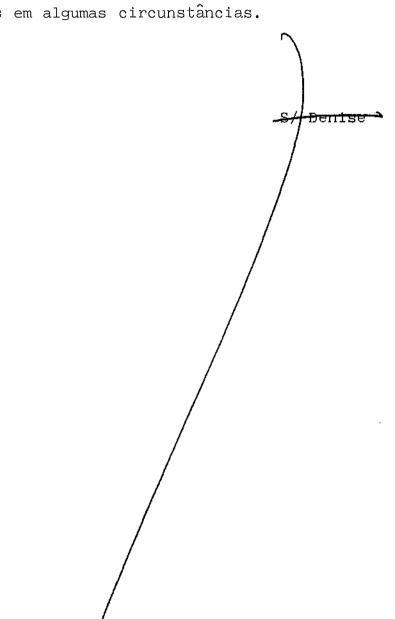
do stat soutras parece que não Bonds mais condições de defende**n** esta Casa lá fora, **va** forma com que alguns dos nossos pares agem. Não podemos aceitar isto. Quero desafiar aqueles Deputados que assinaram este projeto, que tem compromisso público com o direito de cidadania dos moradores desta cidade, a retirarem suas assinaturas deste projeto ou responder por esta vergonha, este golpe, esta falcatrua pre se perpetra

Mesmo que sejamos derrotados iremos denunciar, pois isto é inadmissível.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, a questão da coordenação do concurso é mais sérias, atualmente. Quero dar um pequeno exemuma das plo, que conheço de perto: . o Vestibular da Universidade de Brasilia. Ningum conhece mantruma exceção em que o concurso da Universidade de Brasilia tenha sido colocado em dúvida quanto aos seus resultados. Por que isto acontece? Existe um órgão técnico de veso Conselho Universitário tem a mínima possibilidade de ingerência nas suas regras operacionais. Por que isto é necessário? Porque todo concurso, todo vestibular é sujeito a múltiplas

pressoes. Existe uma certa cultura na sociedade brasileira de que se pode levar vantagens em algumas circunstâncias.



E/61.1

n. de que pode levar alguma vantagem em algumas circunstâncias...

Existe até, de uma certa forma, a cultura de que não visto concurso honesto.

até a descrença de que não visto concurso honesto.

Já por diversas vezes tive a oportunidade de ser abordado, enquanto professor da Universidade de Brasília, por vestibulando que me perguntavam: - Professor, não tem gente entrando pela janela na Universidade de Brasília?

Agora, no período em que se fala de concursos na Camará

Legislativa, e muito comum pessoas chegarem até nos para perguntar: - De
putado, sera que esse concurso pera serio ? Sera que não vai ter muita gen
te entrando pela janela ?"

absolutamente inadequado para tomar decisões sobre concurso são exatamente aqueles órgãos políticos, aqueles que não são técnicos, aqueles órgãos que não são profissionais, que estão submetidos a pressões e têm dificuldade, às vezes, de dizer não.

Então, é absolutamente indispensável que o concurso da Camara Legislativa seja conduzido por um órgão absolutamente técnico que conduza
todas suas atividades operacionais. Quando dizemos isso queremos

Denise-Arnaud 10.12.91 17h56

E/61.2

seguinte: as grandes decisões politicas sobre o concurso, a data do concurso, o número de vagas são decisões da Mesa e do Planário, como vamos tomar aqui. Estamos decidindo nesses dias o Plano de Carreira, que define o

quadro de pessoal efetivo...

SYRIva.

E :62.1

17:58

10/12

Carlos Alberto)

quadro de pessoal efetivo da Câmará Legislativa. Esta é uma deci é uma decisão que deve abarcar todos os Deputados. sáo do Plenário, Agora, na fase de operacionalização do concurso tem que ser um órgão Quero saber se, técnico, um órgão que possa ser responsabilizado. amanhã o concurso da Camará for colocado sob suspeição, ' poder demitir algurr) Deputado se ficar apurado que entrou gente pela •. ** ** um órgão técnico e operacional pode ser responsabilizado: um órgão técnico e operacional pode ser substituído e o concurso pode ser salvo» • Câmará Legislativa, na sua credibilidade perante / festa e a razão pela qual a opinião pública, não fica enegrecida. a Universidade de Brasilia tem um setor de vestibular que ninguém entra. Quem não é funcionário do órgão não entra nesse recinto. Quem quiser procurar um funcionário do órgão toca a campainha wa Úniversida de de Brasilia e o funcionário sai para conversar com quem lá foi procura Tsso em poca de vestibular e fora Vdo vestibular. Éntão, a questão do concurso tem kas ser tratada com total responsabilidade, e isto só e possivel se for conduzida por um órgão técnico. Oprojeto apresentado inicialmente é ware que dá a forma adequa dente. Muito obrigado, caros colegas.

- O GR PRES.

E/63-1

18:00

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador() -Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos Mesta Casa. extremamente importante

chamar a atenção dos eputados,

esta matéria não se refere apenas à Mesa Diretora. não se refere apenas aos deputados que apresentaramiao projeto.

Esta matéria refere-se a cada parlamentar

que entende que a idoneidade e a seriedade devem ser a trajetória desta Casa.

Foi apresentado um projeto

perspectiva de receber emendas para aperfeiçoá-lo, e o Deputado Jose Ornellas, como Relator da Mesa, la análise específica de caemenda, Greschtadas I da emendas do Deputado Fernando Naves, ao quem 🐔 🖘 🛍 🗓 um dos 🏖 eputados mais responsáveis e sérios desta Casa, e não entendi a razão pela

Também não entendi porque of Deputado Aroldo Satake

na realização

Jorge Cauhy, que ., estão interessados

. . assinou o substitutivo.

de repente assina . substitutivo quando entendemos

S. Exa

ADRIANA AMARAL/EDSON 10.12 18:00 E/63-2

que o projeto original pode karr emendas, inclusive

nário.

Sr. Presidente, Austa eportunidade de

substitutivo apresentado pelo Deputado Gil-

son Araújo.

Sr. Presidente, em primeiro lugar...

S/JOSE ALBERTO

José Alberto/Edson

10/12

18h02

E-64.1

(Wasny de Roure)

Em primeiro lugar, reporte ao

art. 2º:

"A Mesa Diretora constituirá comissão especial composta de 5 (cinco) dembros, cujos nomes serão aprovados por maioria do órgão diretor colegiado".

Observem. Srs. Deputados; dos cinco elementos, somente um é especificado. No art. 4º diz;

"Dos (cinco) Membros da comissão Especial (um) será oriundo da area de Recursos Humanos da Câmara Legislativa".

Quem serão os quatro outros . Unde estão os quatro outros

Deputado Gilson Araújo, (

o projeto original

merece ser aperfeiçoado através de emendas, mas o subs titutivo de V.ExA. compromete não apenas a vicini.

ta semana d'concurso, " a idoneidade desta Casa, e isso não entregaremos! Não nos vamos render! A idoneidade desta Casa esta acima de qualquer Deputado. E . isso que precisa ficar bem claro!

O Deputado Geraldo Magela foi muito feliz , sim, talvez tenah exorbitado na sua carga emocional porque tem sido o que mais tem cobrado Q.L.,

Por isso não abrirem mao disso.

José Alberto/Edson

10/12

18h02

E-64.2

Cada Deputado, antes de analisar

substitutivo, tenha, pelo menos, a percepção

as emendas a-

provadas pelo Deputado José Ornellas.

Regunta aos Deputados se ' 'têm conhecimento das emendas Deputado José Ornellas

(Wasny de Roure)

...das emendas que o Deputado <u>José Ornell</u> além do número .

perguntary, Sr. Presidente, tem conheciemendas que o Deputado Jos Ornellas acatou.

Srs. Deputados, -entendo-quo esse-substitutivo tem mais Mais do que por porte do projeto do substitutivo tem a intrugas encaminhamento.

liga ao Deputado Gilson Araújo àqueles que entendem que o substitutivo é perfeito, que contempla tudo

em matéria de concurso.

Todas as decisões serão tomadas r plenário.

no que diz re5 peito a matéria técnica não e competência nossa. É competência essencialmente • daqueles que forem

, Mão sera da Primeira Secretaria, . da Segunda Secretaria, ' nem da Presidência. Será . . da empresa que fará o concurso e espero que nenhum Deputado desta Casa tenha interesse Amconhecer as provas antes da sua realização, tenha interesse conhecer os resultados antes da sua divulgação.

95 (g)

Fala não e matréria para

parar considera de la mi

nossa consideração chega apenas o momento da entrega do

concurso ao órgão responsável.

Portanto, faço um apelo

@os Deputados que considero

sérios para que retirem . sua assinatura de substitutivo, para que possamos considerar a versão final do Deputado José Ornellas, que diga -se de passagem, é o homem da Secretaria, e não da Primeira Secretaria.

Muito obrigado Sr. Presidente.____

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) -

S/ANA

18:06

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PTR. Sem revisão do or<u>a</u> dor.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público e imprensa presente, as vezes imaginamos que as pessoas procuram criticar outras na intentão de trabalho sério.

quando poi apresentado o projeto de resolução eu disse que não Jena possível votar apressadamente, porque deveriamos estuda-

lo. No segundo dia voltei a falar que não havia sido distribuída . a cópia do projeto, para que pudéssemos conhecer e votar com tranquilidade, e fui criticado foi dito que estava tentando inviabilizar

O projeto apresentado diz, no art.

15: ara o acompanhamento ou administração do convênio a Câmará designará uma Comissão Coordenadora dofeoncurso, nomeada pela Mesa Diretora, que paritariamente com a

rä/NEis



com a instituição conveniada, coordenará os concursos! Laté /tudo bem.

Vamos a o parágrafo único:/"A comissão de que trata o caput desde artigo será presidida pelo titular da Unidade de Recursos Humanos da Câmara". até

tucio normal, vamos mais a frente, Vart. 36, da habilitação, diz:

(sessenta franto)
do total dos pontos atribuídos à prova parágrafo único - agora que vem,

ja aprovado rapidamente, porque passa despercebido, , ninguém ve : "A critério da administração" "que será presidida pelo Chefe da unidade de recursos humanos "poderá ser exigido menor ou maior numero de pontos para aprovação". Mepois os imorais somos nos mão me interessa o parecer do Relator, quero saber o projeto apresentado aqueles que hoje estão discutindo a morali dade do projeto, que chegam à tribuna e tentam desmoralizar os Deputados, com a falsa moral de que vão jogar para a plateia, vão distribuir notas para a im prensa, vão fazer planfletagem, hum falso moralismo, porque aqui estão dan do condições supremas a o Chefe da Unidade de Recursos Humanos até diminuir o número de pontos para aprovação do candidato.

S/CLARICE

Clarice / Arimar

06.12

18h10

SE

68.1

(Fernando Naves)

Recursos Humanos até diminuir o número de pontos para aprovaço do candidato, dependendo da boa vontade do candidato. Isso é que é imoral, Sr. Deputado. Não é colocar um substitutivo ao projeto para moralizá-lo, para tirar a suprema autoridade do Chefe de Recursos Humanos.

E vem mais:

"Art. 37. O gabarito das provas será divulgado pelo órgão executor do concurso para conhecimento do candidato."

Quando?

Bom, V.Exas. estão dizendo que será depois, mas aqui está dando abertura para distribuir até antes. Então, aí é que está.

Então, observamos que há necessidade de ser analisado com profundidade o substitutivo, até por que todos têm o direito de apresentar substitutivo dentro do prazo correto, e foi apresentado. E não temos que ficar contrariando e tentar inviabilizar a apreciação do substitutivo, que e uma proposição legítima que qualquer Deputado pode apresentar em qualquer momento.

Então, Srs. Deputados, é legítimo o substitutivo e teremos que analisa-lo, sim: se não for para analisar o substitutivo, não teremos que aprovar o projeto também do jeito que está.

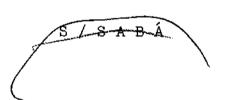
Muito obrigado.

Clarice / Arimar 06.12 18hlO

SE 68.2

OCSE PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra

• Deputado Agnelo Queiroz:



Deputado Agnelo Queiroz.

o Sr. PADRE JONAS - Sr. Presidente, uma que se de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Concedo a procedo a proced

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador.) - Proponho

neste momento, dado que houve esta apresentação do substitutivo, esta

inovação de hoje não chegou a mão de alguns relatores, pedimos

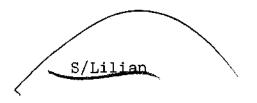
Mesa a possibilidade de que fosse dado um intervalo nesta sessão para pf

dermos consulta Dada a existência do substitutivo legal dentro da norma

lidade do Regimento, e legal também

39 emfadas que lha

feram-epresentadas ...





Lilian/Arimar

10/12

18hl4

(Padre Jonas)

70/1

... a apresentação das 32 emendas que não de foram apresentadas. Es sen do Relator des a matéria, caso não haja esse Interstício para podermos dialogar, pedirei 24 horas para relatar em nome da Comissão de Constituição e Justiça.



O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Agnelo Queiroz.

o SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador) - Sr. Pre sidente, Sras. e Srs. Deputados, este assunto é da maior importância paraynossa Casa. Quero chamar os Deputados à reflexão esta questão do concurso público. Há um ano estamos discutindo de alguma forma.

Avançamos em aprovar a estruturada Casa, o plano de Cargos e Alários, precisamos aprovar proposta do concurso. Lá aprovamos no primeiro turno, CL proposta do concurso.

Ento, Sr. Presidente, gostaria de chamar reflexão

principalmente com relação a esse substitutivo.

agora....

ş/Franceska

(Deputado Agnelo Queiroz)

te direito de fazer concurso. Ç mais do que isso; nos temos y obrigação de concluir a nossa parte, para o edital mana antes do recesso parlamentar ou pelo menos, até o final do ano. Quero dizer que

pode ter imperfeições no projeto apresentado, Mas como tudo aqui

co concurso é decidido pelo Plenário da Casa, nós vamos corrigir isto.

Inclusive o Deputado Fernando Naves apontou um erro evidente, claro, que jamais pode ser mantido em um projeto como este, Mas nós temos de corrigir o Deputado Jose Ornellas. Sua menda Modificativa nº 8, diz o seguinte: " por proposta da Comissão Coordenadora do Concurso, de que trata o art. 15, a aprovação da Mesa Diretora da Camará Legislativa poderá exigir maior ou menor. grau de pontuação-."

O SR PRESIDENTE (Salviano Guimarães) Com a palara

- Name i la State de la Companya de

O SR. MAURÍLIO SILVA

Sr. Presidente, se V. Exa. estiver de acordo, la sessão for cinco ou dez minutos.

S/Ivi

Ivi/Arimar 10.12 18hl8min

E/72.1

Maurilio Silva

acordo. Inclusive o nobre Deputado Padre Jonas já havia feito esse pedido anteriormente.

O SR. AGNELO QUEIROZ - Deputado, eu concordo pleuse pedido,
namente com porque temos essa responsabilidade.
Só quero ressaltar para a discussão

Regimento, no seu art. 113, se esse substitutivo for apresentado ele ina , as Comissões. Quero dizer isso porque, su fan aprovado o substitutivo, substituti

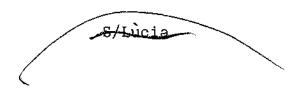
<u>vão por os dis≎ussões do consurso público.</u>

Por isso, eu concordo que tenha intervalo para discutirmos isso concretamente, mas ficando claro que esse substitutivo significa inviabilizar o concurso público isso não podemos, de forma nenhuma, concordar. Isso esta \$\frac{1}{2}\frac{2}{2}\frac{1}{2}\



O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Gilson Araújo.

O SR. GILSON ARAÙJO ...



O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, a questão do concurso é de alta responsa-

bilidade desta Casa, e quando foi apresentado o **s**ubstitutivo foi

exatamente com o objetivo de esclarecer o que está inseri do na Resolução n- 91, que deixava margens para fraudes, deixava mar gens a pessoas da parte técnica, que iriam conduzir o concurso, uando se deixa aberto. a critrio da Adminis ticar fraudes. tração poderá ser exigido menor ou maior número de pontos para aprova e grave. Quando o substitutivo teve esta reação, signi fica que a matéria não esta correta e que os Deputados têm de discutir. Isto de dizer que estão atrasando o concurso, isto de dizer que não dá tempo de publica o edital é balela, porque já viramos noite nesta Casa. Temos até o dia 13 e hoje podemos discutir toda esta maté ria. Hoje podemos esgotar esta matéria, se quisermos. Podemos esgotar e jogar este edital na rua. Agora, com falácias, com confusões cabeças das pessoas é que este concurso não pode ser realizado. Não pode ser conduzido sem uma supervisão na parte deliberativa. Não se discute aqui qual o orgão será conveniado para realizar as provas, de elaborar as provas, de promover o concurso mediante o contrato que de



LÚCIA/GERALDO

18:20

10/12/91

Gilson Araújo

E - 73/2

verá ser feito com esta Casa. Agora, o que não podemos deixar neste

Trojeto de **le**i, aprovado em **f**lenario,

grupo de functonários comissionados, que não fizeram concurso...

SEGUE AYA.



é que se de toda a autonomia a um grupo de funcionários, comissionados, que não fez concurso para entrar aqui. Tenho todo o respeito pelos funcionários desta Casa, mas como Deputado não posso dar autonomia para funcionários em comissão, que entraram nesta Casa semecon curso, conduzir isoladamente, a nivel de uma só secretaria, distante das outras secretarias, distante da Mesa, distante dos Deputados, con duzir um concurso, fazer convenios e ter deliberações. Portanto, esse negócio de dizer que está atrasando concurso é balela. NÓS temos condi çoes de ate amanhã aprovar tudo o que for preciso. Depende apenas de boa vontade política da nossa parte.

Isso tem de ser discutido, porque eu ja mais iria concordar com esta resolução aprovada em 1º turno, com essas brechas que dão margens à corrupção, que dão margem à trafferência de dicas para os candidatos que forem se submeter ao concurso levarem wantagem em detrimento ' daqueles que ficariam longe dos Deputados.

Os Deputados não inteferiraocna parte do concurso, na parte técnica. Agora, essa resolução é nociva, ela deixa margens para se praticar corrupções em cima do concurso, e nos não aceitamos.

Tem de ser melhorado, vamos nos sentar e resolver; logo essa questão. Se os Deputados lerem com atenção espa resolução vão ver a quantidade de brechas que existem aqui dentro, são nocivas para todo o Distrito Federal, Sr. Presidente.



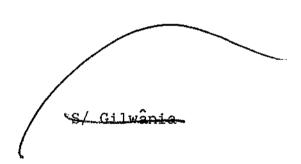
Aya/Geraldo

10/12

18:22

E.74.2

Peço a suspensão desta sessão para que os Deputados possam discutir e corrigir os vícios colocados aqui na resolução. Foi apresentado uma resolução, exatamente porque essa nao podia passar da forma que está.



(GILSON ARAÚJO)

foi apresentada com o objetivo de fazer as correções, forçar as correções, para chamar a atenção desta Casa, da maracutaia que estava aqui dentro desta resolução. O que esta aqui dentro é maracutaia.

lizada por nós no decorrer do concurso, ela deixa margem ra quem realizar o concurso, dar chance de trazer prejuízo para toda a sociedade. Peço, Sr. Presidente, a possibilidade de suspensão da Sessão, para uma discussão entre os Deputados por algum tempo, sanando esta situação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - NÓS ainda temos alguns Deputados inscritos!

Deputado Pedro Celso, Deputado Penielfolico,

Deputado Benício Tavares, Deputado Padre Jonas.

Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

o SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero alertar aqui também, reforçar o que al - guns Deputados colocaram aqui, porque chega na hora de se votar o concurso público em 2ª turno, aí é apresentado o substitutivo. E quando la filam, fal a emmaracutaia, . est ofendendo aqui o nobre colega Deputado

José Ornellas, que é o Relator do projeto. que analisou emenda por emen da. E tem Deputados questionando o de emendas que eu apresentei ao meu próprio projeto. Por que eu tinha de apresentar essas emendas ao projeto? Por que? Quando nos votamos a estrutura administrativa da Casa, a . estrutura do p2a.no de carreira,

s/Mª Marlene.



(Pedro Celso)



... muitas emenjdasrforarn aprovadas, alterando o projeto original do plano de carreira e da estrutura administrativa da Casa. Automaticarnentej tinha de se apresentar emendas ao projeto de concurso público, porque ura dependia do outro. O próprio Deputado José Ornellas pode confirmar que a grande maio. ria das emendas que apresentamos são de redação. São emendas que adequam o nosso texto às decisões desta Casa. Quero lembrar que a questão de divulga ção d.o gabarito encontra-se na secão do conhecimento e da vista de provas, que ocorre, necessariamente, apos aplicação das mesmas. Não e possivel e muito menos razoável supor que se divulgue gabarito antes das provas. art. 32 é claro, quando diz: "A constatação de quebra de sigilo ou de fraude acarretará a nulidade da prova." Outra questão - levantada pelo Deputado Fernando Naves - é sobre numero de pontos. Pergunto aos senhores Deputa uma pessoa que fará concurso para datilógrafo deve entender de Regi mento Interno tanto quanto urna pessoa que concorrerá para Assistente Legis lativo? É justo que CL questão de interpretação de Regimento Interno, nd prova para datilgrafo. tenha o mesmo peso w poro Assessor Legislativo? Claro que não l Também não é justo que um candidato de nível médio deva 🔥 ter o mesmo conhecimento de língua estrangeira que um candidato de nível superior. Daí a diferenciação que será decidida pela comissão organizado.

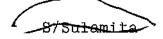
ETADRIANA SÁ



pela Comissão Organizadora do concurso e tudo isso com supervisão da Mesa Diretora da Casa. Portanto, está muito bem explicado o projeto, está muito bem elaborado. Isso é fruto de meses de trabalho. O projeto foi distrubuído la muito tempo, os Deputados tiveram tempo de sobra para se posicionarem. A. gente quer elembrar aqui os crimes previstos em lei, no caso de . Hueremos entender essa proposquebra se sigilo das provas» ta de última hora, que atá agora não conseguimos entender, pelo menos pela argumentação colocada. Eu pergunto, pelo que foi apresentado Messe substitutivo. Vamos reiniciar todo o processo de discussão do concurso público, isso significal, jogar essa decisão, no mínimo, para a metade do ano que vem, quando toda a população, quando toda a sociedade está aguardando por um posicionamento desta Casa sobre o concurso público. La Wolto a repetir as emendas por mim apresentadas, muitas delas, 4 delas para ser mais exato, tinham o mesmo teor das emendas apresentadas pelo Deputado Fernando Naves La maioria delas são emendas de redação adequando o texto às deliberações anteriores de plano de carreira e de estrutura administrativa da Casa. Portanto, temos de votar isso í kije, - e dar satisfação a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra

o Deputado Peniel Pacheco.



com a atividade meio.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador) - Sr. ano de trabalho aqui na Camará Legisla-Presidente, ao longo deste tiva, devo confessar que nosso aprendizado foi muito intenso e eu diria que os Deputados aprenderam muitas coisas. Agora, o que os Deputados não aprenderam e que, provavelmente, não conseguirão aprender, ao final dos 4 anos, é entender de tudo. Ninguém aqui tem obrigação de ser enciclopédia, que tem a última palavra em todas as questões. Por esta razão nós temos defendido ao longo dos trabalhos nesta Casa que evitássemos dois extremos , que são tremendamente prejudiciais a A Camará Legislativa primeiro extremo: Centralizar tudo em cima dos os Deputados se jam os donos da verdade e tenham Deputados, obrigar que falar sobre tudo, opinar sobre tudo, participar de tudo, mesmo porque,

O outro extremo é simplesmente nos fazermos vista grossa e deixar a coisa acontecer de qualquer maneira, a revelia do Plenário desta Casa e da Mesa Diretora. Eu acho que o ideal works buscarmos o meio

se fizermos assim, ma estaremos sobrecarregando desnecessariamente, es-

taríamos fugindo da nossa atividade-fim e conservel vendo demasiadamente

SULAMITA/STEIN

10/12

18.30 E77/2

Peniel Pacheco

muito tempo,

termo. Creio, por exemplo, que esta Casa deveria ter um Diretor Geral, como ordenador de despesas, seria o responsável direto e poderia responder criminalmente por mal versação das verbas e da administração dos recursos da Câmará Legislativa. Mas nos insis-

timos em manter muitas coisas nas mãos dos Deputados, Por exemplo, há

(Deputado Peniel Pacheco)

há muito tempo atras falávamos desta tribuna, que precisaríamos ter uma empresa de consultoria, para preparar um plano de estrutura para esta Casa.

O assunto foi se posterga do, dia após dia, **De**pois de • muito sacrifício, chegamos a um acordo, e finalmente o plano de estrutura está aí aprovado pelo Plenário, com a ajuda de uma instituição.

Agora, quando vemos a resolução do problema do concurso, que me parece ser a coisa mais importante nesses dias de conturbação e até mesmo de desgaste da imagem da Camará Legislativa perante a opinião pública, estamos vendo uma polemica trazendo de volta o epectro da centralização, da polarização e dos extremos.

Ora, temos que ser coerentes, hão vamos abrir mão de acom panhar tudo que acontece nesta Casa, e principalmente determinar que os Orgãos responsaveis, como a Mesa Diretora, tenham, obrigatóriamente, que fazer o acompanhamento dos trabalhos.

Por outro lado, no entanto, temos que ter a confiabilidade daqueles que estão investidos, por nós, nas funções administrativas de $\underline{\mathbf{s}}$ ta Casa. Para que eles possam desenvolver o seu trabalho, e, $\stackrel{\mathcal{C}}{\bowtie}$ m havendo qualquer coisa que α esabone a conduta, teremos que estar atentos, para que através da fiscalização, exijamos as medidas cabíveis.



Cristina/M. Stein 10/12

18:32

E/75/2

Agora, este substitutivo pode ter tido uma boa intenção na sua apresentação. Acho até que ele servul para nos sacudir. Mas não podemos, com consciência, admitir esse centralismo absoluto que o substitutivo vem apresentar.

Acho até que o Deputado José Ornellas, Deputado Fernando Naves, o próprio Deputado Pedro Celso apresentaram emendas fundamentais ao projeto original, emendas estas que ja corrigiram muitas distorções



DIANA/STEIN 10

10/12/91

18h34min

E.80.01

(O Sr. Peniel Pacheco)

muitas distorções que julgamos até absurdas que talvez tenham passado por um lapso, por uma falha, não posso alegar que houve intenção ao colocar daquela forma.

No entanto, as correções devem. ... podem -• */
e vão ser feitas, mas não precisa dessa atitude exacerbada de conflito, de guerra e de periculosidade.

Acho que o Deputado José Ornellas, ao apresentar o seu parecer .,; sobre as emendas, que ja estão corrigindo as distorções, pelo menos aquelas que nós entendíamos, com a avaliação que foi feita agora, juntamente com os Parlamentares, cremos que o projeto poderia ser aprovado.

Se o Deputado Gilson Araújo, juntamente com os demais

Deputados, os que têm direito legítimo, regimental de apresentar emendas

para aperfeiçoamento do texto, e este Plenário considerar que são válidas

as emendas, que nós aprovemos.

Então, quero fazer uma proposição: ao inver o Deputado

Gilson Araújo apresentar um substitutivo que pudesse apresentar emenda

por emenda de todas aquelas propostas do substitutivo e serão votadas em

separado pelo Plenário. E nós encerramos essa polemica para concluir esse

trabalho.

Então, o substitutivo seria votado com o destaque de to-



DIANA/STEIN

10/12/91

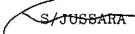
18h34min

E.80.02

das as emendas, ou seja, de todos os artigos e paragrafos. Aprovariamos o projeto, ressalvados evidentemente os destaques, para resolvermos essa polemica, porque não podemos mais postergar essa decisão sobre o concurso.

Dessa maneira espero, Srs. Deputados, Sr. Presidente, que poderiamos hoje mesmo, dar uma decisão definitiva a esta questão e trazer, para a sociedade do Distrito Federal, a resposta tão aguardada: o concurso foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE ...



JUSSARA/M. STEIN

18:36



O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador.) -Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de recuperar um pouco o assunto, quando pedimos ao nobre Relator, Deputado José Ornellas, para fazer a leitura de seu parecer.

Naquele momento, o Deputado José Ornellas pediu 'para um auxiliar do Plenário fazer a distribuição das cópias de seu parecer. Entendo que_{i}^{*} com isto, o desconhecimento do parecer do nobre Deputado Jose Ornellas fez com que um grupo de Deputados apresentasse um substitutivo , sem que fosse refletido, pois b parecer do Relator den muito extenso, visto que foi elaborado sobre 42 emendas. Não dá para teruma compreensão do que . acatou ou rejeitous das emendas apresenta das e se wos vícios que os companheiros colocaramide ambas as partes sanados com a proposta do Relator José Ornellas.

Gostaria também de fazer um apelo. Acho engraçado, aqui alguns Deputados que não concordam com a proposta do outro ficam chamando a proposta de imoral. Ora, companheiros! Esta é a forma mais errada de se discutir uma proposta. Todos temos o direito de apresentar uma proposição, para que ela venha ao debate. Será vencedor o Deputado que apresentar a proposta que aprimore o

JUSSARA/ M; STEIN 10.12.91 18:36 E-81.2

texto. O grupo que apresentou o substitutivo não quer, de maneira alguma, prejudicar o concurso; muito pelo contrário, eles gostariam de aprimorar o texto apresentado....



Denise-Stein 10.12.91 18h38 (B. Tavares) E/82.1

. . . pelo contrário, — eles gostariam de aprimorar o texto apresentado j pelo prójeto.

Quando o Deputado José Ornellas apresentou seu parecer

Yar_dem

parecer apenas emcima das emendas varase

ter uma noção de como ficam essas emendas no texto» fentão. ha toda

essa celeuma e discussão sobre a matéria.

Por isso, faço uma proposta para que o nobre Relator esmiuce, detalhe o acatamento de suas propostas dentro do texto original e que fossemos, artigo por artigo, lendo a emenda apresentada, o por que do acolhimento vo por que não foi acolhido. Assim as pessoas uma visão de como estaria ficando o prójeto do concurso. Essa é minha proposta para o Deputado José Ornellas, se for possível.

Se isso não for possível, que dê os aspectos gerais que venham sanar aqueles vícios que foram apresentados pelos Égolegas.

Era isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado José Ornellas.

O SR, JOSE ORNELLAS (PL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou tentar aqui mostrar que o substitutivo apresentado pelo nobre Deputado Gilson Araújo e,

um direitote o dos companheiros apresentar o substitutivo...

Sirva



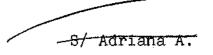
Riva/Alzira (José Ornellas) 18:40

10/12

E.83.1

e um direito dele de passagem apresentar um substitutivo, dele. e dos companheiros, está plenamente atendido dentro do projeto original, com as emendas. Acho que nesse processo houve, talvez, uma pequena falha de comunicação. O que aconteceu? Dei o primeiro parecer em cirna do projeto original do Deputado Pedro Celso. Apresentei nove emendas importantes e essas nove emendas, me parece, não foram captadas pelos nossob companheiros, porque se tivessem sido captadas, talvez, o nosso companheiro Deputado Gilson Araújo não tivesse apresentado o substitutivo. Por que? No art. 1ele diz que a Mesa Diretora fica autorizada... Ora! Numa emenda apre sentada $p(\mathbf{r}_0)$ mim, em cima do projeto original, no art. 12, diz categoricamente: A Mesa Diretora é responsável pelo concurso público. Quer dizer, é responsavel, tem que ser ouvida em tudo, porque ela e a grande responsavel. Esse é o primeiro. No "art. 2º, diz: A Mesa Diretora vai constituir comissão especial, composta por cinco membros.

O art. 15 e emendas, dizem o seguinte:



ADRIANA A./ALZIRA 10.12

18:42

E/84-1

(DEPUTADO JOSÉ ORNELLAS)

....diz o seguinte:

"Para acompanhamento e administração do convénio, a Camara designará uma comissão coordenadora do concurso, nomeada pela Mesa Diretora que, paritaria com a instituição conveniada, coordenará os concursos."

Parágrafo Único! . o parágrafo único é grandedizia o seguinte: mente modificado. Por que

"A comissão de que trata o caput deste artigo, será presidida pelo Diretor de Recursos Humanos da Camará."

Como é que ficou o art.15?

Ficou da seguinte maneira:

"Parágrafo Único - A comissão de que trata este arti go será composta: por um represe tante de cada integrante da Mesa, e presidido pelo representante da 1ª Secretaria."

O que : alías é muito correto, porque se temos dentro de nossa estrutura um elemento responsável pelos recursos humanos, ele vai presidir esta comissão, que terá mais quatro membros designados pelos demais membros da Mesa Diretora.

Então, esta comissão tem no projeto inicial e, também, com/emendas, a sua atribuição, que o Deputado Gilson Araújo coloca no art. 3º:

"Compete a comissão planejar..."

Já foi dito no art. 15.

Ai mo art. 4° , o substitutivo diz o seguinte:

"Dos cinco membros da Comissão Especial, -

S/JOSÉ ALBERTO



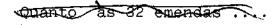
José Alberto/Alzira 10/12 18h44 E-85.1 (José Ornellas)

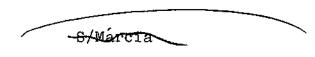
... e e seguinte: — "Dos einee (5) membros da Comissão Especial um (1) será oriundo da área de recursos humanos ...". Está lá no parágrafo único do art. 15.

Depois diz assim: "Compete à Comissão Especial, em carater preliminar, apresentar estudos". Não, ela não vai apresentar estudos por que ela é muito mais que isso. Ela vai coordenar e administrar.

Em seguida, no art. 6º, diz: "A Câmará Legislativa, observa da a legislação pertinente, contratara ou conveniara", mas isso esta no art. 12, § 2º, que diz o seguinte: "§ 2º - No caso de a Câmará conveniar com instituição para a realização do concurso, esta instituição convenia da responsabilizar-se-a por operionalizar todas as etapas do concurso, compreendendo as seguintes: elaborar editais, " - elaborar, porque quem vai aprovar o edital é a Mesa Diretora - " programas, the " - evidentemente existe uma comissão, existe um elemento que foi contratado, estamos pagando por isso, que vai elaborar tudo isso, mas quem vai aprovar é a Mesa Diretora, responsável pelo concurso.

Assim, continuo a achar que o nosso companheiro Gilson Ara \acute{u} jo, Marau, , no momento da apresentaço deste substitutivo, o conhecimento exato das emendas apresentadas pelo Relator.





(José Ornellas)

Quanto as 32 emendas hoje aprovadas, a maior parte delas diz respeito a problemande melhor redação ticar mais claro o texto e também porque na modificação que o plenário fez no projeto de plano de carreira exigi pra gumas modificações no texto do Projeto 191.

Eu queria mostrar para os Deputados que o projeto é realmente detalhado; talvez fosse possivel que se dissesse apenas que a Mesa vai aprovar um edital mas ,. acho que esse detalhamento foi importante, porque, ao aprova-lo no seu detalhe o plenario disse a Mesa o que ele deseja que seja feito no concurso público.

> Achei que foi um fato positivo o detalhamento. . Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Temos apenas um orador inscrito e um requerimento sobre a mesa pedin to^{γ} imediata votaç $\tilde{\tilde{a}}$ o do projeto.

O Regimento Interno permite que falem apenas dois oradores a favor e dois contra.

A Mesa considera que o Deputado José Ornellas falou a favor.

Podemos ainda abrir inscrição para dois oradores falarem contra e mais um a favor.

Com a palavra o Deputado Manoel Andrade.

(b)

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do ora dor.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente na galeria, não quero me prolongar, até porque o assunto foi bastante discutido, mas, às vezes, me pergunto: onde está a democracia que tanto pregamos nesta Casa? Vi aquele alarido, uma coisa extraordinária, até parece que a proposta do Deputado Gilson Araújo é uma proposta escandalizante. A meu ver, não é. É uma proposta que foi colocada, que merecia, respeitosa mente, ser avaliada - respeitosamente, é bom que se grave esta palavra a» que me intriste são aqueles que saem as ruas pregando democracia, cobrando democracia mas, lamentavelmente, não coracia.

Imaginemos que a proposta fosse comprometedora e estivesse ao arrepio da lei assim mesmo, competia uma análise respeitosa.

Quero chamar a atenção desta Casa, porque vejo as pessoas chamarem os outros de radicais.



Clarice / Alicéa 06.12 18h50 SE 88.1

de radients de factionis 7 Agora, quando assume a tribuna, é um Deus ver acuda.

Depois, precisamos examinar uma outra questão: quando se pensa em investigar o comportamento de um concurso público, até estou preocupado. Imaginem bem: como a população encara uma situação dessas? Os Deputados desconfiando uns dos outros, de maneira que ninguém pode fiscalizar o bom andamento da Casa - imaginem o bom andamento dos outros Poderes, da Administração Pública.

É preciso que os Parlamentares eleitos, e eleitos, vamos dizer assim, pela população, façam uma reflexão profunda do comportamento e das ações, para que a população possa medir o grau de confiabilidade, o grau de democracia, que cada um consegue

Lamento que às vezes deixemos de praticar a democracia que tanto pregamos, a democracia retólica, mas que não funciona na prática.

Sr. Presidente, como falei, vou encerrar vamos encontrar uma saída para votar o concurso público, porque a população está buscando. Imediatamente, Sr. Presidente, propor a votação do projeto que visa contemplar os engenheiros e fiscais de obras.

Estou aguardando que V.Exa. coloque em votação após esta discussão, para que possamos contemplar este companheiros que estão Aogaleria.

O SR -- PRESTABILITE ---

STRABÁ

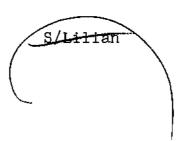
SABÀ/Micić

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Maurílio Silva.

O SR. MAURÍLIO SILVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Concurso público, penso que é de interesse comum desta Casa e não posso, naturalmente, aceitar que as colocações que foram feitas aqui seja, real_mente, aquilo que o autor pensa» fmagino que no momento de defesa do seu ponto de vista as pessoas acabam extrapolando o que querem dizer.

O Deputado Gilson Araújo, usando de um direito, fez uma colocação, apresentou um substitutivo. No nosso entendimento, o que ocorreu, inclusive eu assinei com ele aquele documento, priorio desconhecimento do que já havia sido feito pelo nobre Deputado José Ornellas. Ns nossa visão o Deputado José Ornellas contemplou a nossa preocupação e, de nossa parte, estamos de acordo com aparecer do nobre De putado José Ornellas. Acho que poderemos votar e tornar o concurso publico uma realidade a partir da votação, partindo destas colocações e entendendo que o Deputado Gilson Araújo apresentou o que legalmente ele podia apresentar. Vos dem. Ais Deputados alguns fizeram defesas





LIlian/Alicea

10/12

18h54

(Maurílio Silva)

90/1

... os demais Deputados aqui fizeram defesas veementes dos seus pontos de vista. O Deputado José Ornellas veio aqui e esclareceu.e para mim, es tá bem claro. Estou satisfeito com o relatório, o parecer e as emendas do Deputado Relator, pela Mesa. ' Hesse princípio, faço apelo a todos os companheiros para que haja um entendimento, inclusive aos (companheiros de partido, no sentido de que possa ser até retirado o substitutivo e que possamos votar imediatamente e liberar esse concurso para que a sociedade venha. partici do mês de janeiro, os interes sados, naturalmente, se preparar e vir a fazer o concurso para a Câmara Legislativa. Penso que esta é uma proposta de entendimento que podemos votar e contrar uma solução pacífica que atenda a Casa. Ja foram dirimidas as dúvidas e penso que não há mais nenhuma dificuldade quanto a isso, v **V**ai aqui o meu apoio e apelo ao Deputado Gilson Araújo no sentido de que possamos, com a atitude de S.Exa, votar com o Relator, Deputado Jose Ornellas.

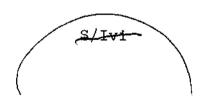
O-SR PRESIDENTE



O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra

Deputado Gilson Araújo. para questa de reduce.

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador)
Sr. Presidente; Deputado José Ornellas quando fundamentou o seu parecer sobre as emendas, ele em Plenário, e o material que está aqui, - visava, exatamente, este material que está aqui, - visava, exatamente, este debate para mostrar que particularmente, não podia concordar com esse critério onde diz o seguinde no parágrafo único : "a critério da administração poderá ser exigido menor ou maior número de pontos para



IviAlicéia 10.12 18h58min E/ 92.1

Gilson Araújo

.. ser exigido menor ou maior numero de pontos para aprovação no concurso". Não podemos permitir que uma norma, uma resolução dessa que ser utilizada pelos promotores do concurso entre num artigo que eu diria vicioso. Nesse sentido o Deputado José Ornellas posteriormente ao substitutivo que foi apresentado, e que muito antes do Deputado José Ornellas leu esse parecer, e que, agora, nesse momento, em função des e debate e dos vícios que estão sendo corrigidos peço cinco minutos - que ninguém saia do Plenário - apenas para acertarmos detalhes juntamente com que exige substitutivo para estudarmos a possibilidade de se retirar esse substitutivo. As nosmin reabririamos a sessão para estudar a possibilidade.

Ivi/Alicéia 10.12

E/92.2

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - É tradição desta Casa dar um tempo para que o Plenário chegue a um acordo, de modo que a Presidência acata e defere o pedido.

O SR. GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem,

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O_SR.-GERALDO MAGELA ...

S/Lúcia

LÚCIA/ARNAUD 19:00 10/12/91 <u>Geraldo Magela</u> E - 93/1

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador,) - Sr. Presidente, pela ordem re/uerocontraditar o pedido e ser contra adiamento. Entendo que esta quest $ilde{a}$ o, com a dimens $ilde{a}$ o que se criou, tem ser discutida claramente. Os Deputados têm que vir aqui e colocar claramente a sua opinio, têm que colocar o por que macha particularmente, que esse substitutivo tem que ser votado porque o problema não rão or que roran acatado nas emendas: o problema que não foi acatado. Aí é que está o grande problema do substitutivo adiamento do concurso. Quero ver como será, depois, a discussão. -Sou contra o adiamento. Acho que esta discussão tem que ser feita as claras, tem que ser transparente. O Deputado tem que subirre co locar a posição dele, como eu fui, coloqueiTe fiz ' acusações. Quero que vaolá e responda Quero ter o direito de responder a questão que chancelou a Administração poder modificar a pontuação, laqui não existe qualquer concurso. Vamos mostrar que existe na medida em que qualquer wantem concursado atingiu o percentual. Mão dá para esta discusso ser feita dessa forma. Tem que ser feita as claras para que to dos possam perceber quais as posições dos Deputados sobre esta ques-

tão.

(In)

LÚCIA/ARNAUD 19:00 10/12/91 Presidente Salviano Guim. E-93/2

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Esta Presidência

já deferiu a solicitação do Deputado Gilson Araújo, está suspensa a sessão por cinco minutos.

(Exusperse a servale)

SEGUE AYA∵

(A)

AYA/ARNAUD: 10/12 E/Nº 94 a 97.

GILWANIA

Mª MARLENE

MARLENE

Sd - Sulamita - Cristina - Tiona - Junior

And I

(Sessão suspensa.)

derise



O SR, PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Deputado Benício Tavares.

O SR, BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador.)
Sr. Presidente,

1 renovo posição no sentido de que os companheiros que apresentaram a emenda substitutiva, bem escarecida pelo Deputado José Ornellas, o Relator, alguns dos itens alí colocados foram acatados quase
que totum pelo nobre Relator.

substitutivo, em vários de seus artigos, preencheu a finalidade desta Casa de aprimorar os projetos apresentados por nós Deputados.

والوادات المستعدد المستعم والمستعم

Por isso, agora que as coisas estão bem esclarecidas, é chegado o momento de conseguirmos aprovar o projeto que está em discussão.

o sr. gilson araújo- sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Gilson Araújo.

Denise-Arimar 10.12.91 19h20

E/103:2

Interno , da prática desta Casa de discutir...

S/Riva

Era o que tinha a dizer.

OSR PRES.

E.10**4/.**1

agi dentro do Regimento Interno, da prática desta Casavaiscutir com transparência, objetivando melhorar todas as proposições e projetos de lei que são aqui apresentados. Fiquei observando, hoje, as reações que não são normais nesta Casa, me compete, dentro do Regimento Interno. As proposições apresentadas no projeto substitutivo foram muito bem explicadas a posteriori, ou a 🛕 o material: que seria discutido seja, aqui era o que tinha no gabinete» 🎢 ão 🌎 sabia qual era o parecer do Relator Macredito que este substitutivo atingiu o objetivo, que era exatamente tirar do Diretor de Recursos Humanos aquele poder que estava centrado nele, acredito que o projeto foi bem melhorado, a discussão trouxe a público um questinamente, que, acredito . tem que ser a nossa prática aqui. Mão adianta querer r vincular intenções de que este projeto tem outro objetivo; não e verdade tima. Mas quer pedir ao Srappresidente que colo o parecer do Deputado José Ornellas em votação, porque vou retirar o substitutivo exatamente para acelerarmos a proposição - ' ' aventada, que atende neste momento. Todos as emendas colocadas no parecer do Deputado Jose Or corrigem as Adstorções. Acredito que de uma segurança maior vislumbrab / um concurso transparente, dando oportuni dade igual a todos os candidatos.

S/ Adriana A.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em votação

Os Srs. Deputados que pronunciarem www.es

tarão aprovando o parecer da Mesa Diretoraj os que **(1)** pronunciarem **(1)** vão (1) estarão • rejeitando ... 0 •

Convido o Sr. Secretário a proceder a chamada dos Srs. Deputados.

(Procede-se à chamada)



José Alberto/Arimar 10/12

19h26 E-106

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - O parecer está a -

provado com 20 votos "sim" f 4 ausências. (Pausa)

Com a palavra e Sr. Relator ...

S/Márcia

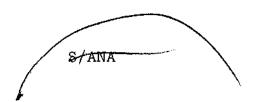
MARCIA/ARIMAR

(Salviano Guimarães)

Corn a palavra o Sr. Relator da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PADRE JONAS (PDT_Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos hoje vivemos um clima depois de somado e multiplicado chegamos a uma parcela altamente positiva, porque, é claro, cada um defende: seu ponto de vista e normal que os espiritos se alterem um pouco.

Por exemplo, sentia que a dificuldade fundamental foi a falta de comunicação, nao da parte do Deputado José Ornellas; que ele fez exatamente só que agora tomamos conhecimente e por isso que



Por isso, o nosso companheiro Gilson Araújo, não conhecendo o pa recer, não só tinha *razão* de ser em si que deu origem àquela assinatu Com toda boa vontade, queríamos levar adiante o fato que merecia consideração nesta Casa. Posto isso, e dados os devidos esclarecimentos, não querendo interpretar outras subintenções que não houve da parte do companheiro Geraldo Magela nem da parte do nosso companheiro Gilson ...: Araujo, Houve interesse para que o concurso Aya Misconserson toda a lisura, para nos ou para o público, Muito mais val imprensa que esta para divulgar as milicas que a comunidade merece.

Por isso, antes de dar meu parecer, em nome ' da Comissão de Constituição e Justiça, queria apresentar uma subemenda única do Deputado José Ornellas, que diz o seguinte:

" Emenda Aditiva nº 4: acrescente ao art.12 o seguinte parágrafo, renumerando os demais".

#Art.112 - ...

§. - A coordenação das-ações gerais dos concursos públicos é encargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Justificativa:

A presente emenda complementa a de n^{o} 3, •-----

possibilitando evitar conflito de competência.

Face ao exposto, somos pela aprovação do projeto por ser constitucional, regimental e de boa técnica legislativa."

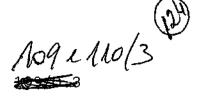
Esse é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em discussão.

Os Srs. Deputados que pronunciarem pullo "sim" estarão aprovando o parecer do Relator, os que pronunciarem pronunciarem

Convido o Sr. Secretário a proceder à chamada dos Srs. Deputados.





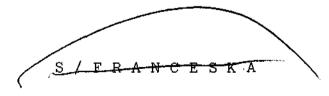
O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com 20 votos favoráveis e 4 ausências.

Com a palavra o Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, queria pedir uma especial gentileza. O projeto que tem o número 9 na pauta da Ordem do Dia, que "autoriza a Terracap a conceder o uso do terreno que especifica e dá outras providências. (Bumba-meuboi). fostamos de certa forma homenageando um grande cidadão da nossa cidade, o Sr. Teodoro, que recentemente sofreu um acidente de automóvel e encontra-se aqui na Casa desde o início da tarde, aguardando a votação deste projeto. Se não houvesse qualquer impedimento, queria solicitar a inclusão deste item agora, neste momento, para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A Presidência ...



O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A Presidência acata e coloca em discussão o item 9 da Ordem do Dia. Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura do mesmo.

O SR. SECRETÁRIO (Procede a leitura do seguinte:) -Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 66 de 1991, que autoriza a TERRACAP a conceder o uso do terreno que especifica e dá outras providências.

Autor: Deputado Carlos Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - O projeto de lei já tem parecer vavorável de todas as Comissões.

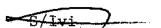
Em discussão o Projeto de Lei 066.

Em votação.

Os Srs. Deputados que si pronunciarem prim "sim" estarão aprovando o Projeto de Lei 066 em primeiro turno, os que ty\$|fpronunciarem "não" .estarão rejeitando-o.

Convido o Sr. Secretário a fazer a chamada dos Srs. Deputados.

(RO son secretario (rocede à chamada)



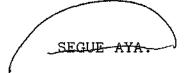


LÚCIA/M. STEIN 19:40 10/11/91 Pres. Salviano Guim. E - 113/1

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - O Projeto de Lei n° 066 está aprovado com 20 votos favoráveis e 04 ausências.

Com a palavra o Deputado Carlos Alberto, para declaração de voto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tive a honra de apresentar este projeto juntamente com o Deputado Maurílio Silva e penso que seja um resgate de alguma coisa que deve ser muito cara a todos nós: a cultura popular brasileira. O seu Teodoro, no Centro de Tradições Populares Sobradinho, conseguiu manter durante 30 anos, essa grande obra que cada um de nós, neska cidade, talvez pela primeira vez, pode ver~alguns dos nossos tolaredos mais importantes. Oftumba-l^u-^Boicaracteriza, entretanto, o nosso querido Teodoro. Teodoro é um cidadão de Brasilia; é urna das personalidades mais importantes desta cidade. E por que isso? Ele traz uma característica que, às vezes, tem feito com que a nossa cultura seja esquecida. Seu Teodoro não é um homem rico. Seu Teodoro é um servidor, um homem simples.



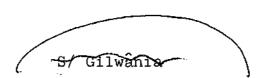
Aya/Maria Stein 10/12 19:42 (Carlos Alberto) E.114.1

Sr. Teodoro não é um homem rico, Sr. Teodoro é um servidor, um homem simples. Traz, na pelei a cor da maioria dos brasileiros, é um homem que, entretanto, soube defender com ' garra, com disposição, com brilhantismo, que poucas vezes se pode encontrar em cidadãos da nossa cidade.

NÓS vemos algumas obras na nossa cidade, fentre elas, aqui nos temos a Casa dos Velhinhos, do nosso querido Deputado Jorge Cauhy, mas, o Bumba-Meu-Boi é uma outra obra, com outra característica. É uma obra que preserva aquilo que nos ternos como raiz, sem q qual, não conseguimos sequer ser brasilieros. Pode-se dizer seguramente que um povo que não tem raiz terá muita dificuldade de ter um futuro glorioso, porque, se há alguma coisa que pode fazer com que nos possamos dar alguma contribuição à humanidade, isso parte daquilo que nos somos, em primeiro lugar, parte da nossa cultura.

Então, para podermos ser nacionais, para podermos ser universais, temos que ser regionais. Para sermos regionais, temos, antes de mais nada, preservar a nossa cultura.

Essa é uma questão que me sensibilizou desde o primeiro dia. Quando assumi esse mandato, acho que ja tinha



O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra declaração de voto, o Deputado

The second of th

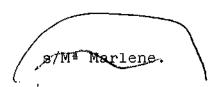
Gilson Araújo.

At The Common Companies days

GILWANIA/Mª STEIN 10/12 19:44 E/115.2

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, publico presente, eu não podia deixar de votar num projeto dessa dimensão, que vem trazer a segurança a Sr. Teodoro,





(Gilson Araújo)

due vem divulgando a cultura popular, em Sobradinho há mais de 30 anos.

É um projeto de autoria do Deputado Carlos Alberto, juntamente com o Deputado Maurilio Silva, aprovado em todas as Comissões. Meu voto representa um somatório da luta de transformação social na qual, toa muitos anos, estão envolvidas as comunidades de base. Não podemos medir aqui o significado de um área especial para o desenvolvimento de atividades desse tipo. Nesse senti. do, parabenizo o Sr. Teodoro, por ter alcançado esse objetivo, porque o valor de um centro de tradição, am a dedicação se baseia no. ideal, iniciativa e recursos próprios, deve ser reconhecido. Esta Casa vem, nesse momento, de monstrar seu valor quando, nas Comissões, aprova projetos dessa dimensão.

Portanto, não poderia votar contra um projeto dessa natureza. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Magela para declaração de voto.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente,

Srs. Deputados, naturalmente, meu voto favorável era óbvio, dado nosso com
prometimento com a causa cultural. Faço essa declaração de voto para me con

gratular com Sr. Teodoro e com o Grupo

S/MARLENE



grupo d**€** Centro de Tradições Populares do Bumba-Meu-Boi, por essa vitória, de ter, hoje aqui, aprovado esse projeto. Era um desejo daquela comunidade v quet agora, vê atendido, pelas mãos do Deputado Carlos Alberto, juntamente com Deputado Maurílio Silva, com quem eu também me congratulo. Esses Deputados souberam trazer para esta Casa as reais e verdadeiras aspirações daquela comunidade. , finalmente, Sr. Presidente, congratulome com todos os Deputados e Deputadas, que souberam entender e votar de acordo com esses anseios.

Acho que esta Casa dá uma demonstração de refletir aquilo que a população quer, quando aprova os projetos que são reivindicados por ela. Nesse sentido, também, Deputados e Deputados as nossas congratula-

O SR. PRE SIDENTE (balvians Guimarães).

com a palavra o Deputado Peniel Pacheco, para

uma dicloração de voto. Haftod.

S. Exa. não está presente.

4º da Ordem do Dia.

item da Ordem do Dia.



OSR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) Passaremos ao item

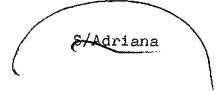
Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do 4º

(O Sr. Secret rio procede à le Mura do seguinte.)

#4) Discussão e votação, em le turno, do Projeto de Lei nº 280 de 1991, que 'Inclui o cargo efetivo de Inspetor de Obras na Carreira Fiscalização e Inspeção, instituída pela Lei nº 039 de 06 de setembro de 1989, e dá outras providências .

Autor: Executivo Local.

O SR. PRES. ..





O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a pala vra o Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES -



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

O SR. FERNANDO NAVES - (PTR. Profere o seguinte parecer:)

Da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei na 280 de autoria do Executivo Local, que inclui o cargo efetivo de Inspetor de obras e na Carreira Fiscalização e Inspeção, instituída pela Lei ns 039 de 06 de setembro de 1989, e dá outras providências..

RELATOR: Deputado FERNANDO NAVES

I RELATÓRIO

Através da Mensagem nº 135/91, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, encaminha ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Camará Legislativa, o referido Projeto de Lei, para discussão e votação deste egrégio Plenário.

Estabelece o art. 1º do citado Projeto de Lei que f<u>i</u> ca incluído no cargo de Inspeção de obras, de nível superior, na Carreira Fiscalização e Inspeção do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

O ingresso ao cargo de Inspetor de obras, far-se-á, mediante concurso público com apresentação do respectivo diploma.

Institui ainda, o art. 3º que aos integrantes do cargo de que trata esta Lei, serão atribuídas atividades de supervisão, coordenação, programação e execução especializada referentes à fiscalização, inspeção, vistorias, perícias e acompanhamento de obras no Distrito Federal.

Os ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal

E-118.119.3



ADRIANA SÁ/SULAMITA CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 19:50/19:52

do Distrito Federal, que no Plano de Classificação de Cargos que menciona a Lei nº 5.920 de 19 de setembro de 1973, ocupavam as categorias funcionais de Engenheiro ou àe Arquitetõ» se encontravam no exercício das atividades de fiscalização e inspeção de obras.

Estabelece o art. 5º, que os servidores aposentados, que à época preenchiam as condições para a transposição prevista nes ta Lei, terão seus proventos revistos para inclusão das mesmas vantagens.

II VOTO DO RELATOR

O Projeto ora em epígrafe, é uma antiga reivindicação de Engenheiros e **Arquitetos**, regulamentado pela Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966, portarias e normas do CONFEA.

São profissionais habilitados e que, ao longo dos tem pos, não portam - qualificação de nível superior. Dispõe também, a Resolução n2 218 de 29 de junho de 1973, as diversas e exclusivas com petências dos Engenheiros e Arquitetos.

O Projeto não traz em seu bojo, nenhum vicio de inconstitucionalidade, ilegalidade e ainda encontra amparo no Decreto Legislativo ns 01/91, desta Casa, O que ha leva manifestar favoravelmente à sua aprovação, com as seguintes emendas visando o melhor aprimoramento do referido Projeto.

Gala das Sessões, em de dezembro de 1991.

PRESIDENTE

RELATOR

19:54 E/120/J



O SR. FERNANDO NAVES - Gostaria apenas de esclarecer aos Nobres Deputados, que a emenda que estamos fazendo ao projeto é fruto de um acordo realizado, uma converga realizada com a área Governa mental, e profeso encaminhada com assinatura do Secretário do Trabalho e com o visto do Governador. Então é uma emenda que está com aval da area governamental.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 280/91 (Do Executivo Kocal)

Inclui o cargo efetivo de Inspetor de obras na Carreira Fis calização, instituída pela Lei **nº** 039 de 06 de setembro 1989.

EMENDA ADITIVA Nº /91

Adite-se ao art. 4º do referido Projeto de Lei, após a expressão "FISCALIZAÇÃO **DE OBRAS** E POSTURAS DAS ADMINISTRAÇÕES RE GIONAIS" o seguinte :

"As Divisões de exame e Aprovação de Projetos e nas Divisões de Licenciamento de obras das Administrações Regionais de Brasília, Paranoá, Ceilândia e Samambaia e na Divisão de Aprovação e Elaboração de Projetos da Administração Regional do Cruzeiro."

Ficando o dispositivo com a seguinte redação :

"Art. 42 - Os ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Distrito Federal que no Plano de Classificação de Car gos de que trata a Lei nº 5.920 de 19 de setembro de 1973, ocupavam as categorias funcionais de Engenheiro ou de Arquiteto e se encontravam no exercício das atividades de fiscalização e inspeção de obras no Departamento de Programação e Controle de Obras, no ex-Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, nas Divisões Regionais de Licenciamento e Fiscalização de Obras, nas Divisões de Obras, nas Divisões de Obras Publicas e nas Divisões de Fiscalização de Obras e Posturas das Administrações Regionais; nas Divisões de Exame e Aprovação de Projetos le nas Divisões de Licenciamento de Obras das Administrações Re-



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

E-120.3

gionais de Brasília, Paranoá, Ceilândia e Samambaia e na Divisão de Aprovação e Elaboração de Projetos da Administração Regional do Cruzeiro, no período compreendido entre 31 de dezembro de 1989 à data da publicação desta Lei, serão transpostos, por opção, para o cargo a que se refere o artigo 1º."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa assegurar os benefícios desta Lei aos diversos profissionais que **ficará**m preteridos no Projeto original.

1

Sala das Sessões, em de dezembro de 1891.

Deputado FERNANDO NAVES PTR

(O Sr. Fernando Naves)

6menda modificativa ao art. 52.

Esta emenda visa adequar o texto ao que estabelece o art. 40, § 4° da Constituição Federal.

A redação anterior dizia o seguinte:

"Os servidores aposentados, que a época da aposentadoria preenchiam as condições para a transposição prevista nesta Lei, exceto com relação ao período de que trata o art. 4º, poderão ter seus proventos revistos para inclusão das mesmas vantagens concedidas aos servidores em atividade."

Da forma que estava todo aquele pessoal que viesse a ser aposentado apos o dia 31 de março estaria excluído dos benefícios da Lei.

Então, fizemos a adequação constitucional.

O que a Constituição diz no § 4º:

"Os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data."

. Estamos radequando o texto, ficando com a seguinte

redação:

O art. 5º do referido Projeto de Lei passa a ter a seguinte redação:

Art. 5° - Os servidores aposentados, que â época da aposentadoria preenchiam as condições para a transposição prevista nesta Lei, terão seus proventos revistos para inclusão das mesmas vantagens concedidas aos servidores em atividade.

DIANA/ALZIRA

10/12/91

19h56min E.121.02

emenda visa apenas adequar ao texto constitucional.

O nosso parecer é pela aprovação do refurido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - O Com a palavra

o Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE

S/DENISE



O SR, MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Engenheiros presentes, serei breve.

Juno desisão das mais justas que o Governador Joaquim Roriz tomou. Uma decisão que dá aos Engenheiros a posição que merecem,

Livemos justamente a fel jcidade de também acompanhar essa categoria, somar nossas forças, por mínimas que sejam, para agora acontecer esta votação.

Parabenizo os engenheiros e arquitetos aqui presentes e voter favoravel. (projeto. ()

O SR, CARLOS ALBERTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR, PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Sr. Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador.)- Sr. Presidente, caros colegas (não poderia deixar de me dirigir aos engenheiros e arquitetos que agora estão tendo essa vitória até mesmo porque na condição de engenheiro sinto-me, evidentemente, conhecedor e porque foram muito bem representados durante todo processo de tramitação deste projeto.

Denise -Alzira 10.12.91 19h58

E/122.2

Há alguns meses tivemos a oportunidade de receber vários dos colegas em nosso gabinete vários com todos Deputados, mas já há algum tempo

8/Riva



20:00

E.123.1

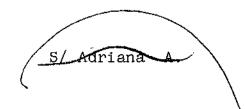
ficava nitido que esta questão havia de ser, imediatamente, regulamentada. Então, desejo felicidades aos companheiros que, agora, conse guem a justa posição dentro do Plano de Carreiro do Governo do Distrito Federal. Nossos parabéns.

Riva/ Alicéa 10/12 20:00 E.123.2

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O SR.: GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador) -Sr. Presidente, 'Sras. e Srs. Deputados, profissionais da área de fisca lização, que nos honram com suas presenças hoje; eu gostaria de dizer que ha algumas situações, no quadro dos servidores do DGF; que vêm se acumulando ao longo dos anos e que, infelizmente, por discuido de dovernos anteriores e até por não existir a Camará Legislativa, que pude<u>s</u> se opinar e ajudar na fiscalização dessas situações 💒 p atual Governo poderia, se tivesse condições ou se qui besse, resolver todas essas situações de uma única vez. Optou por uma outra tática, resolvendo uma a uma, mas isso naturalmente provoca um efeito dominó Porque na medida em que corrige uma falha no quadro, outras que sen corrigidas. Mas o mais importante nisso tudo é que os próprios servidores do GDF têm se.organizado e tem buscado os seus direitos, g e peciso estabelecermos o que e de fato. V que vem sendo conquistado pelos trabalhadores não é dádiva de nenhum Governo, de nenhum patrao, é conquista dos trabalhadores. Entendendo assim, que a bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar favoravelmente este projeto.

O SR. PRESIDENTE ...



O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) -

Deputado Benício Tavares assuma a Presidência dos nossos trabalhos.

(Assumeta Rresidência o Deputado Benício Tavares)

O SR. PRESIDENTE (Benicio Tavares) - Com a palavra o Deputado Salviano Guimarães.

O SR. SALVIANO GUIMARÃES (PDT. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus caros amigos e colegas arquitetos e engenheiros $f_{C}f_{N}$ não poderia deixar de fazer uso da palavra, mesmo que o Deputado Agnelo Queiroz quisesse fazê-lo antes, por que quando viu na plateia os arquitetos, confundiu com os médicos, por estarem vestidos de branco.

Sei das dificuldades de vocês, sei muito mais fifps profissionais que trabalham para o Governo do Distrito Federal, talvez os engenheiros e arquitetos, principalmente aqueles que trabalham com a administração direta, são os que percebem os menores salários. Menos do que os médicos e professores. E sabemos da importância do trabalho que vocês têm prestado a nossa cidade, na construção des \dot{s} e Di \underline{s} trito Federal, das nossas cidades-satélites, na fiscalização de obras, nos projetos, no acompanhamento, inclusive na função principal do cumprimento da lei pela qual vocês são responsáveis. E muitas vezes





José Alberto/Alicea 10/12 20h04 E-125.1 (Salviano Guimarães)

... - e muitas ve ze s, quando há uma burla,

, por

não terem visto alguma coisa, a punição caia em cima dos fiscais.

De modo, sinto-me, com muita satisfação e orgulhoso po der aprovar este projeto, não apenas como Deputado Distrital, mas como arquiteto, como batalhador e construtor de Brasília. E, dizer a to dos vocês, que a bancada do PDT soma todos os seus votos na aprovação deste projeto por ser da maio justiça para com a classe.

O SR. PRESIDENTE (Bencio Tavares) - > y Deputado

Guimarães,
Salviano "assumir a Presidência.

(Assume a Presidência o Sr. Salviano Guimarães)

José Alberto/Alicéa 10/12

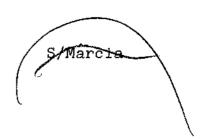
20h04

E-125.2

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PC do B. Sem revisão do orador) -Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros engenheiros, arquitetos; p por estarem de branco também conheço as dificuldades, companheiros, e quero aqui, em nome do PC do B, dizer que a nossa opiniao, com relação a esta questão é favorável . . . porque acho que devemos, cada vez mais, regulamentar esta questão da inspeção de obras.

No caso da Câmara Legislativa, que está nascendo neste mo mento, $\sqrt{\text{necessita}}$ de instrumentos ágeis, inclusive com a ajuda dos ser vidores públicos para esta função de fiscalização. Sabemos que uns dos grandes buracos negros - podemos assim considerar - dentro da adminis tração pública é o desvio de verbas, são deformações que existem, con tratos e que fazem outras _______



E/126/1

(Agnelo Queiroz)

contratos e que fazem outras coisas, tem exemplos reiterados disso, predenta para contrata para cont

Parabéns companheiros, parabéns à Camará Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.



O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados; Hão posso falar como engenheiro e nem como arquiteto, porque não sou nem engenheiro nem arquiteto,

E não posso falant também em nome da Bancada do PDT porque não faço parte dessa Bancada e nao posso também de alguma maneira, tentary identificar a não ser num ponto, pelo menos um ponto em comum nós temos: somos brasileiros.

Sabemos que o custo de vida no Brasil, hoje é uma dura realidade daqueles que dependem de salários.

Sabemos o quanto esta sendo difícil vencer os juros e a inflação e sabemos acima de tudo quanto os nossos salários estão sendo corroídos.

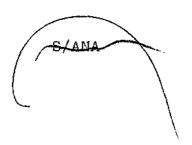
Como brasileiro que sou quero lhes dizer que a Bancada do PST in totum vota com esse projeto.

SÓ não precis**s** dizer que o PST só tem um Deputado que sou eu.

Tavarellue a

Mas com muito orgulho vamos votar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Gilson Araújo.



(b)

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Semerevisão do orador.) - Sr. Presidente; $\mathfrak g$ epois do discurso da Bancada do PST, fica dif $ilde{\underline{i}}$ cil o PTR, com 7 Deputados, fazer um discusso porque são 7 votos que s \underline{o} mados ao PST dará 8, meus parabéns Deputado Peniel Pacheco. Mas, vendo a bancada que se soas discussões em torno deste projeto,ma a outros Deputados que vem contribuir para que o Governo Roriz, .elei to pelo povo, possa fazer um bom trabalho de transformação e faça as 🗀 correções nesses 3 anos, queremos has squelas categorias ou as segmentos da sociedade que estão lutando para cometidos em prejuízo de muitos que, inclusive, já es tão aposentados, durante os 30 anos quando o povo não tinha voz. passamos a ter voz e devemos ter a responsabilidade de exercer esta voz. esta Casa tem a exata dimensão ter responsabilidade de ir em busca de uma melhor qualidade de vida e operar as transformações no campo de empregos e salários, nos planos de carreira e em todos os seto res do Distrito Federal. Para isso fomos eleitos e erraremos se deixarmos de ouvir o povo, \hat{k} a Bancada do PRT está consciente da sua respons \underline{a} bilidade e queremos que a sociedade organizada, sem aquelas facções que leutain / coinfundir o povo, as vezes confundem a verdade, confundem as proposições, confundem a opinião pública em questões, ape nas porque não são realizadas dentro dessas facções,

8/NEY:

mos uma ...



Câmara Hoje temos uma **Masembleid** Legislativa, mas temos também um Governo fileito que está comprometido com o povo, e e necessário que o povo mostre os erros e as injustiças cometidas durante 30 anos no Distrito Federal, Antes, o povo não tinha voz, não tinha a quem vsocor rer, e tudo era feito em gabinetes, os quais o Governo que esta aí e esta Casa têm a responsabilidade de mudar. É um novo momento, uma nova cultura política. Nesse sentido, eu membro do PTR, irei votar a favor desse projeto justo e espero que os Depu Maurilio Silva, Manoel de Andrade, Fernando Naves tados do PTR, VRose Mary Miranda, que nos somemos a essa correção Parabenizo, a luta, tesse segmento e parabenizo o Sr. Governador Roriz (mar) mensagem depois de ter ouvido o povo **Minarto** essa questão. Cada proposição dessa terá o meu apoio; cada proposição que esteja comprometido, com o povo,

Companheiros, meus parabéns a vocês,

meus parabéns ao Sr. Governador Joaquim Roriz, que enviou mensagem que va mos aprovar evaos Deputados que iro votar essas proposições.

do(Palmas:)

9 SR PRESIDENTE(Salviano Guimarães) — Com a palavra

Sra. Deputada Maria de Lourdes Abadia

justiça terá o meu apoio nesta Casa.

CLarice / Arnaud

06.12

20hl2

SE

129.1

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra a Deputada Maria de Lourdes Abadia, que falar pela bancada do PSDB.

O SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, também não poderia deixar aqui, de registrar como nosso Presidente colocou, a solidariedade e o voto da bancada do PSDB, dos tucanos.

Gostaria de dizer da importância, do compromisso e da experiência, vivida como administradora regional durante

14 anos, lidando muito com o trabalho com
a responsabilidade dos engenheiros e dos arquitetos na construção da
nossa cidade. Por isso, o meu voto, o voto do PSDB a esta
causa.

Clarice / Arnaud

06.12

20hl2

129.2

SE

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a bancada do PLV eu e o Deputado José Ornellas vama vama vamos votar favoravelmente

temos uma gratidão muito grande pelos engenhe<u>i</u>

ros e arquitetos: So pude construir uma obra social das maiores do Bra
pecebido

sil justamente pelo apoio dos engenheiros e arquitetos. Jamais

votaria contrav Tenho a maior admiração por vocês.

Nosso voto de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em votação.

Os Srs. Deputados que pronunciarem podo "sim" estarão aprovando o parecer do Relator; >os que pronunciarem podo "não" estarão rejeitando-o.

Convido o Sr. Secretário proceder à chamada dos Srs. Deputados.

(Procede-se à chamada.)



Ivi/Arnaud 10.12 20h16min **E**/131.1

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - O Parecer da Comissão de constituição e Justiça das aprovado com 21 votos "'' ''' e 3 ausências.

Com a palavra o Deputado Padre Jonas para declaração de voto.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, minha declaração se firma no seguinte: o homem,
por ser inteligente, só realiza alguma coisa se é dotado de
sensibilidade, imaginação e criatividade. ...

Com esse tripé fundamental que da a razão de ser do arquiteto
evengenheiro temos a segurança, a beleza e a tranquilidade de
nossa cidade. Por isso, volto para eles dando um "sim",
generosamente reconhecido como homem e como Administrador
em Brasília.

Muito obrigado.

Ivi/Arnaud 10.12

E/131.2

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Sr. Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) -Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores, engenheiros, arqu $\underline{\mathbf{i}}$ antes de man relato do parecer, tetos,

quero nimado ressaltar

(bb)

10/12/91 20:18 de Roure gastaria de ressaltar um man importante ontem na Camara Legislati va ao dialogar com duas categorias aqui presentes vias dos fiscais, companheiros do nível médio, ainda que hajam muitos do nível superior, e os profissionais engenheiros e arquitetos. Senta mos à mesa, eu e o Deputado Fernando Naves, numa/longa discussão em que foram colocadas algumas preocupações, sobretudo por parte dos fiscais, no que diz respeito a eventuais prejuízos que poderiam a categoria. Naquela oportunidade, com a presença dos profissionais em explicar inclusive ambas as conseguimos tela categorias saíram satisfeitas em vista que a dvida havia sido Alarcoidas Qual é esta duvida? Gostaria de explicar antes de entrar no parecer pediria a atenção dos Srs. Deputados.

nistorica que eventualmente " um plano de carrección po deria ser ocupado por qualquer profissional de nível superior. Ocorre que, quando o Governo do Distrito Federal encaminhou para esta Casa o projeto, ele poix o plano de carreira estabelecendo que o plano de carreira de nível superior e prerrogativa exclusiva das profissões de engenheiro e arquiteto. Isto está fundamentado na Lei n2 5.194. O que diz esta Lei? Ela estabelece as funções de

SECUE AVA

E.133.1

... na Lei R 194. O que diz a Lei 5.194, ela estabelece as fuições de ambas as profissões e estabelece suas prerrogativas em termos de fiscalização. É o que diz o arty 7º, heres, bem como osarts 12. 27, alinea "g a x y v,

buscamos

consão des fiseeis a sua leb

a condição f fisca f fisca f fisca f de obra como f is cai sanitário , fiscal de postura, e outras categorias. Acontece que no caso de fiscat de obra não existe esse plano de carreira de nível superior que ora se coloca. (Então, há essa duvida por parte dos fiscais, que no nosso entender - e aqui - coloca humildimente nossa dificuldade de entender a dimensão e a especificação da lei, vote o mais conciente possivel, para que , não , nenhum pre-∞os fiscais de obra como •' a os engenheiros e arquitetos.

Nesme sentido, Sr. Presidente, que , montamos o nosso parecer no que diz respeito à Comissão de Economia Orçamento. ressalNando, que há outras



WASNY DE ROURE

carreiras de nível superior, e esta Casa se colocaria a disposição

negociar com o Executivo,

nas na áreas de Jaude e de fiscalização de Obras voue se abria a

função de inspetor de obras e ... faltaval outras categoria, s Juspe

toria de Piscalização.

tenta**me** dirimir a dúvida

de ambas as categorias, de tal maneira

rio rosciendenti.

Passo a ler o relatório. Sr. presidente,

de inspetor de obras na carreira fiscalização inspeção, instituída pela

Lei de nº 039 de 06/09/89 e dá outras providências (1)

Autor: Poder Executivo.

Relator: Deputado Wasny de Roure.

Relatório .

O firojeto em pauta inclui o cargo de inspetor de obras de nivel superior, na carreira fiscalização e inspeção do quadro de pessoal do Distrito Federal, criado pela lei nº 039 de 06/09/89. O fero je to prev também que o ingresso no cargo de inspetor de obras e feito no



padrão I da 3ª classe mediante concurso público, ressalvados os ocupan tes de cargos efetivos do quadro de pessoal do distrito Federal, que no plano de classificação de cargos de que trata a Lei nº 5.920 de 19/09/73, ocupam as categorias funcionais de engenheiro ou de arquiteto e se encontram no exercício das tividades de fiscalização e inpeção de voras no Departamento de Programação e controle de obras, no ex-departamento

8/Mª Marlene.

E.135.1



(Wasny de Roure)

Atividades de Fiscalização e Inspeção de Obras do Departamento de Progra mação e Controle de Obras no ex-Departamento de Licenciamento e Fiscaliza ção de Obras da Secretaria de Desenvolvimento Urbano nas Divisões Regio nais de Licenciamento e Fiscalização de Obras nas Divisões de Obras, nas Divisões de Obras Públicas e nas Divisões de fiscalização de Obras e Postu ras das Administrações Regionais, no período compreendido entre 31 de dezem bro de 1989 à data de publicação da lei que serão transpostas por opção para o cargo criado. (As atividades atribuídas ao cargo de Inspetor de Obras são de supervisão, coordenação, programação e execução especializada refe rente à fiscalização, inspeção, vistorias, pericias e acompanhamento de obras do Distrito Federal. Este projeto estende seus benefícios aos servido- res aposentados que, à época da aposentadoria preenchiam as condições para transposição.

PARECER

As atribuições constantes neste projeto para o cargo de Inspetor de Obras são previstas pela Lei n^{o} 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto, Engenheiro-Agrono mo, e também pela Resolução n° 218 de 29 de junho de 1973, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. A criação do novo cargo provocará um impacto sobre a folha de pagamento da Secretaria de Administração, em valor, de dezembro (89, de cerca de setenta e quatro milhões e abre

perspectiva para os Fiscais de nível médio que preencham os requisitos para reclassificação.

Apresentames...

SIMARLENE

(10)

festa foi uma consul-

Marlene/Edson 10.12.91 (Wasny de Roure) 20:26 E-136/1

Apresentamos, Sr. Presidente, emenda de Relator/

amo \$10, malmumhando-se os dumis,
situa-se no art. 40, ja previamente discutida

com o Deputado Fernando Naves

"Entende-se que o período que se refere o caput desse artigo não exclui os integrantes da categorias profissionais acima mencionadas que tenham assumido suas funções por designação do administrador neste período."

É importante especificar, Sr. Presidente, porque há uma dúvida o projeto, quando especifica a data de 31 de dezembro de 189 até a data de publicação desia lei. Alguns profissionais da categoria entendem que eventualmente a lei polito ser interpretada em prejuízo de alguns, ou seja, daqueles que passaram a exercer a profissão não exatamente no dia 31 de dezembro, mas em qualquer dia dos anos de 1990 e 1991. Tentão, este parágrafo ha dar especificidade. retirar qualquer dúvida.

ta que o Deputado Fernando Naves como . os próprios profissionais , fizeram ao Governo. . proprio artigo, por si so, e completo, mas como há dúvida,

S/Adriana



não ha por/que deixar de explicita-lo nesta oportunidade.

Sr. Presidente, diante do exposto somos pela aprovação do projeto de lei em pauta.com a emenda apresentada .

as emendas apresentadas pelo nobre Relator Fernando Naves, da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em discussão.

of ays

Em votação.

Convido o Sr. Secretário a proceder à chamada dos Srs. Deputados.

(Procede-pP a chamada.)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - O parecer da Comissão de Economia Orçamento e Finanças está aprovado com 19 votos
favoráveis houve cinco ausências.

Convido o Sr. Relator da Comissão Constituição e Justiça & apresentar parecer sobre a emenda apresentada pela Comissão de Economia Orçamento e Finanças.

O SR. FERNANDO NAVES (PTR. Sem revisão do orador) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, a emenda apresentada pelo Relator da Comissão de Economia Orçamento e Finanças não fere os princípios constitucionais nem legais e atende os princípios regimentais. Vem apenas deixar claro o que j está contido no art. ', 4º caput apenas para que não haja uma interpletação contrria quela que se pretende dan Nosso parecer é favorável fa

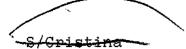
O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) Em discussão o parecer da Comissão Constituição e Justiça.

Não havendo quem queira discutir passaremos à votação.

Em Botogão.

Convido o Sr. Secretário a proceder à chamada dos Srs. Depu-

tados.



10.12



O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - O parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda apresentada pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está aprovado com 20 votos favoráveis, 4 ausências.

Com a palavra o Relator da Comissão de Assuntos

Sociais, que devera es pronunciar inclusive sobre as emendas apresen-

12 A A A A



(O Sr. Presidente)

Com a palavra o Sr. Relator da Comissão de Assuntos pronunciar inclusive sobre as emendas apresentadas. Sociais, que deverá O Relator está ausente do Plenário.

Solicito ao Sr. Presidente da Comissão que indique outro Relator para a matéria.

Com a palavra o Deputado Maurílio Silva.

O SR. MAURÍLIO SILVA (PTR. Para proferir parecer)

Com referencia

Sr. Presidente, researche ao Projeto nº 280, de autoria do Executivo local, somos de parecer favorável, tendo em vista sões de Economia Orçamento e Finanças e de Constituição e Justiça terem dados pareceres favoráveis. E também acatamos as emendas dessas Comissões. Portanto, somos de parecer favoravel.

GR. PRESIDENTE ...





O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em discussão o pare cer do Sr. Relator. ()

Em votação.

Os Srs. Deputados que pronunciarem pronuncia

Convido o Sr. Secretário a proceder à chamada dos Srs. Deputados.

(O Sr. Secretário Benício Tavares procede à chamada.)



O SR PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - O parecer da Comissão de Assuntos Sociais está aprovado por 20 votos favoraeis, 4 ausências.

O projeto segue

para discussão e votação

em segundo turno.

Convido o Sr. Secretário a proceder à leitura do item\da brdem do aia.

(0 Sr. Secretario...)



(0 Sr. 3º Secretário procede à leitura do seguinte:)

5) Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 269, de 1991, que Cria e fixa os valores dos Preços Públicos a serem cobrados pelo DETRAN - DF, e dá outras providências .

Autor: Executivo Local.

O SR. CARLOS ALBERTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Sr. Relator da Comissão de Constituição e Justiça, para se pronunciar sobre o Projeto de Lei nº 269.

Com a palavra o Deputado Cláudio Monteiro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO (PD. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Exa. 72 horas de prazo.

O SR. PRESIDENTE (Sal

A Presidencia

defere o pedido de V. Ex

S/ Adriana A:



O SR. PRESIDENTE (Salvlano Guimarães) - A Presidência defere.

Convido o Sr. Secretário a proceder à leitura do 1- item da Ordem do Dia.

(0 Sr. - 3º Secretário procede a leitura do seguinte:)

D Discussão e votação da Redação Final ,do Projeto de Lei ^{nº} 084/91, que **Instituia estrutura administrativa da Camara Legislativa do DF** e dá outras providências .

Autor: Mesa Diretora "

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto para proceder à leitura da Redação Final.

Convido o Deputado Benício Tavares a assumir a Presidência dos nossos trabalhos.

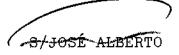
(Assume a Presidência

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO (PCB. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, caros colegas, antes uma questão preliminar.

O nosso relatório tem exatas 36 páginas. Ele foi submetido a emendas diversas e em termos regimentais, nós

mos ne ler o relatrio final,



José Alberto/Geraldo 10/12 20h42 E-144.1

(Carlos Alberto)

___4 entretanto o Plenário e soberan o para tomar outra decisão.

festou à disposição de V.Ex**q.**, sob o comando desta Presidência, e do Plenário,

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado $oldsymbol{Q}$ eraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, gostaria de fazer o seguinte encaminhamento, pela ordem: o Deputado Carlos Alberto. distribuiu a copia da redação final hoje, e acho que seria difícil fazer toda a leitura. Sugeriria, então, que a levemos para os nossos gabinetes, possamos confiri-la, e que ela seja incluída na sessão extraordinária de amanhã, f amanhã, se moda herweit a objetar, poderíamos fazer a leitura da introdução e do final da redação final.

Faço esta proposta para o encaminhamento da redação final.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Acatada a sugestão do

Deputado Geraldo Magela, a Mesa incluirá este item na sessão extraordi-

nária de amanhã para redação final do projeto de estrutura da Casa.

Convide o Deputado ...

S/Márcia

ent Vimilate Benício Tavares)

Convido o Deputado Padre Jonas

para fazer a leitura

do item 6 da Ordem do Dia.

O SR. PADRE JONAS (PDT. Procede à leiture do sequinte:) - Item 6 da pauta. Discussão e votação em primeiro turno do Projeto do Decreto Legislativo n^{o} 13/91 que aprova as contas do Governador do Distrito Federal, relativas ao exercido de 1990.

> O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Em discussão Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.



O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador) - Sr. residente, quero dizer que riao tive condições de apreciar as contas como eu gostaria, riz uma avaliação muito rápida do relatório que V.Exa. preparou. Considero que va algumas questões bastante graves apontadas pelo relatório, portanto vou votar contra as contas do Governo porque não tenho condições de apreciá-las.

Espero que no ano que vem, no próximo exercicio o Governo remeto no prazo previsto pela lei e que possamos fazer uma apreciação com mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

-O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do cador)-





O SR. WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, há aproximadamente alguma coisa entre dois meses e meio, fizemos um longo pronunciamento com relação à prestação de contas do Poder Executivo, inclusive V. Exq. aponta, no seu parecer, falta de explicação de significativas contas do GDF, sobretudo, a questão do Caixa Único do Fundap. Intendemos que votar da maneira como está é, no mínimo uma irresponsabilidade da nossa parte.

Acredito que a rejeição desta prestação de contas deveria acontecer para o bem do patrimônio público, porque isso vai. impor aos órgãos necessários a explicitação, de detalhamento e esclarecimentos no que diz respeito ao Caixa Único que já era uma solicitação, de muito tempo atrás. do próprio Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Ora, votarmos esse parecer aprovando, é es tarmos rompendo com a orientação do Tribunal de Contas do Distrito Fede
ral que já pedia as explicações com relação a várias contas, principal—
mente a do Caixa Único, la até o momento hada aconteceu, ainda que algu
mas delas tenha contratado empresa de consultoria, como a Westhinghouse;
que veio con perticular visso hão aconteceu. Portanto, creio que

E - 146/2

ANA / GERALDO 10/12 20:46

esta Casa não tem condições de aprovar esta prestação de contas.

O.SR. PRESIDENTE (Benicio Tavares) -...

S/NEY;



O SR. PRESIDENTE (Benício Tavares) - Passo a Pre sidência ao Deputado Salviano Guimarães.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Salviano

_Guimarães)

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a pa lavra o Sr. Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do ora dor.) - Sr. Presidente, tive a honra de receber a incumencia desse relatório das contas de 1990 do GDF, quain estavam exer cendo o cargo de Governador e Vice os Srs. Joaquim Domingos Ro riz e Wanderley Valim respectivamente.

nosso relatrio que foi minucioso. acompanhou os detalhes do relatório do Tribunal de Contas da União.

O nosso parecer final é pela





Clarice / Maria 06.12 20h50 SE 148.1 (Benício Tavares)

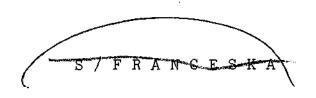
aprovação do relatório, apresentando um decreto-legislativo que aprovação do relatório de relatório de relatorio de relato

estão em julgamento, cabe a nós não rejeitá-las, porque as contas não estão todas com irregularidades; apenas uma parte que foi apontada pelo relatório que são, na verdade, fundos especiais, como faixa unico, são fundos que atendem a SHIS, fo nosso relatório, inclusive deixamos claro, pedindo que constei nas disposições transitórias, o dispositivo que pede para que esses fundos sejam eliminados. É a nossa sugestão, à a nossa intenção é que esses fundos possam ser, a partir do ano que vem, terminados, para o bem da coisa pública, tendo em vista que muitos deles, sequer, tiveram* condições de apresentar a devida prestação de contas.

Por isso, Sr. Presidente, a nossa aprovação é através desse decreto-legislativo, ressalvando, obviamente, as irregularidades que foram apontadas no nosso relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE ...





O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SMa. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) - Gostaria da presença de todos os Srs. Deputados aqui para fazermos um debate mais aberto e sem preconceitos. Pademos, nos nossos gabinetes, marcar, num relatório todas as irregularidades. São várias páginas, como os 19 mas.

Srs. podem observar. ; C relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal assinado pelo Presidente Frederico Augusto Barros.

Colocamos, mas papel, eu gostaria de tirar uma dutuladas por nos e

copia, onze irregularidades que nao são apenas

aquelas colocadas pelo Deputado Benício Tavares. : 1000 de 100



CÂMARA-LEGISLATIVA-DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO SOBRE AS CONT AS DO GDF - 1990

Após ter lido todo relatório, detectei que não tenho informações sobre os Processos:

- 1 Processo nQ 2844/86 Refere-se a não regularização do Caixa Unico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.
- 2 Processo nº 1397/88 Desvio de recursos concedidos para reno vação da frota de ônibus do Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal, por parte de empresas de transportes de Bra sília.
- 3 Processo n- 1.878/90 Irregularidades praticadas na execução do convénio nQ 22/89 - FSS/DF, celebrado entre a Fundação do Serviço Social e a Ação Social do Planalto, relativo a Progra ma de Assentamento de famílias carentes.
- Processo nQ 813/91 Liquidação extrajudicial da Proflora S/A várias tomadas de contas especiais em andamento.
- 5 Processo nº 1.433/90 Pagamentos irregulares de 138 salário a dirigentes de empresas públicas e de sociedades de economia mista, o plenário, ouvido o Ministério Público junto ao Tribu nal, considerou que não encontra amparo jurídico a concessão a diretores - empregados ou não - de direitos inerentes a relação de emprego.
- Processo nQ 2594/90 Ação de indenização do Jockey Clube de Brasília contra o Departamento de Estrada de Rodagens do Dis trito Federal - devido a construção de via de ligação entre a Estrada Parque de Taguatinga e a via estrutural.

-7 - Processo...







CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Ivi/M.Stein 10.12

- Processo nº 4762/90 Ação indenizatória do Jockey Clube de Brasília contra a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal , relativa ã desapropriação de terras do impetrante.
- 7 Processo nQ 910/90 Multas aplicadas a servidores que foram identificados pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal,em decorrência da realização de convite, em vez de modalidade ,licitatória, própria.
- 9 Processo nQ 730/90 Convénios entre a NOVACAP e o Distrito Federal, por intermédio das administrações regionais, para execução dos serviços de conservação das áreas urbanizadas de Brasília e das cidades-satélites, tendo sido observada a ausência da programação descritiva e do acompanhamento e fiscalização dos serviços, além da não realização de concurso público para a contratação de pessoal e de licitação para o aluguel de veículos, que é uma informação que sempre temos de-
- nuciado da contratação de centenas e talvez milhares, sem a devida regra.

 Processo nQ 1718/90 Obras e serviços de engenharia em escolas integrantes do Programa de Assentamento Populacional com inúmeras irregularidades e indícios de que o erário distrital sofreu prejuízos em razões da má conduta de servidores da Fundação Educacional do Distrito Federal, encarregados das licitações.

E parecer do Tribunal que estas irregularidades não impedem a aprovação das contas do GDF.

E parecer do **k**elator que estas irregularidades não impedem a aprovação das contas do GDF.

Exerceram o cargo de Governador do Distrito Federal os Senhores Joaquim Domingos Roriz - no período de 01 de janei-ro a 11 de março e Wanderley Vallim da Silva, no período de

Ivi/M.Stein 10.12



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

12 a 31 de dezembro de 1990.

Por todas estas irregularidades ocorridas e que ainda tramitam em $\mathtt{Juizo,\acute{e}}$ prudente a não aprovação das contas do GDF do ano de 90.

No entanto, eu acredito

S/Lucia

LÚCIA/M. STEIN 20:56 10/12/91 Lúcia Carvalho E - 151/1

No entanto, acredito que esta Casa deveria se posicionar, se fosse hoje, sa falta de outras explicações, contra essas contas compreendidas entre os dias 1º de janeiro e 31 de dezembro de 1990.

Acredito que todas as evidências farad com que esta Casa se desmoralizado porque, ate o momento, o critério que temos adotado é da transparência. Acredito que não poderiamos estar consentindo a aprovação de contas, mesmo com o destaque de todas as irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES (PDT. Sem revisão do orador) —
Sr. Presidente, no intuito de aliviar os nobres colegas da leitura do meu relatório, algumas partes ficaram prejudicadas. A Deputada Lúcia Carvalho citou que 10 nosso relatório não continha esse processo. Pediria a nobre Deputada que fosse à página 26 do nosso relatório que lá encontrará todos os processos que citou, inclusive com mais detalhes. Se a Deputada também tiver o relatório, no nosso parecer final fazemos menção ao ofício que encaminhamos ao Presidente do Tribunal de Contas do DF, solicitando maiores informações acerca de todos os projetos, c l fiz questão de anexa-los para que os Srs. Deputa



LÚCIA/M. STEIN 20:56 10/12/91 Benício Tavares E - 151/2 dos pudessem ter o conhecimento de que forma aquele egrégio Tribunal esta diligenciando essas contas que estão de forma irregular.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarãos)



Aya/Maria Stein 10/12 20:58

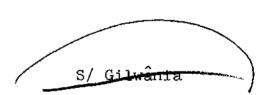
E.152.1

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Não havendo .

Deputados inscritos para a discussão, procederemos a votação.

Convido ao Sr. Secretário a proceder à chamada: dos Srs. Deputados.

Os que pronunciarem "sim" estarão aprovando o parecer, os que pronunciarem "não" estarao rejeitando. O. (Procede-se à chamada.)



MARIA MARLENE/ALZIRA

10/12

21h02

E.154.1

En discussion KANAN

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - O Decreto Legislativo está aprovado com 11 votos favoráveis, 5 contrarios Houve 8 ausências.

Joliaho oz 55r. Secretário procede à leitura do item 4, da ORDEM DO DIA.

(0 Sr Secretário procede à leitura do seguinte:)

7) Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 241. de 1991, que "Dispõe sobre a regularização de condomínios e/ou loteamentos em áreas urbanas.

Autor Deputado Gilson Araújo

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Gilson Araújo.

SAMARLEME



Marlene/Alzira 10.12.91 (Gilson Araújo) 21:04 E-155/1

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, eu só queria pedir a esta Casa que as matérias que foram votadas, as matérias que estão discutidas dentro dos capítulos da Lei Orgânica, que são muitos OS,'

projetos que estão tratados, fizemos um compromissão de aprovar 48 projetos até dezembro, é acúmulo de serviço nesta Casa, não tem condições de, até de dia 15, votar quantidade de projetos.

eu queria pedir aos companheiros jálforam retirados os meus dois projetos de pauta, nos tirássemos alguns projetos de pauta, principalmente aqueles que são matérias que dizem respeito do futuro de Brasília.

Apresentei esse Projeto 241, más em função de informação, produe havia outros Deputados que tam apresentar projetos na área de condominios, su já vinha ha muitos anos, em Brasília, defendendo posseiros, invasores e outros segmentos injustiçados da sociedade ressa razão da apresentação desse projeto. Mas em função, principalmente, que desejo que haja uma discussão ampla, uma discussão profunda, uma discussão que todos os segmentos participes principalmente no funda, uma discussão que todos os segmentos participes principalmente no funda respeito à Lei Orgânica, queria pedir aos companheiros que retirassem também os projetos, para facilitar a nossa pauta até o dia 15.

pauta agora, para num momento mais adiante, voltam à discussão,



Marlene/Alzira

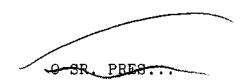
10.12.91 (Gilson Araújo)

21:04

E-155/2

porque essa foi a intenção, essa matéria sem tratada com a portia por de ampla discussão, com varios segmentos da sociedade, principalmente por todos os Deputados, que têm que se aprofundar mais na questão do Capítulo da terra.

Era so isso, Sr. Presidente.



S/Adriana.

E-156.1

te.



O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) -Está retirado o projeto.

O SR. GERALDO MAGELA **Jam** esclarecimento, Sr. Presiden-

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o Deputado Geraldo Magela,

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador.) Quero entender se o projeto foi retirado de pauta da sessão de hoje ou
se ele foi retirado da apreciaço desta Casa , mesta legisla mai.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - A Mesa entendeu que o projeto foi retirado da sessão de hoje e que pretende coloca-lo mais adiante. Agora, o mais adiante não foi explicitado.

O SR. GERALDO MAGELA - Não nesta Sessão Legislativa?

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Não sei, aí

o Deputado é quem vai responder.

O.SR. GERALDO MAGELA - Estou fazendo a pergunta porque sou Relator e preciso saber dessa informação.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Somente o

Deputado Gilson podera responder a esta indagação. Solicito que se dirija



ADRIANA SÁ/ALZIRA (Salviano Guimarães)

10.12 21:06

E-156.2

a ele.

O SR, GILSON ARAÚJO - Respondendo a pergunta que foi feita, dentro do Regimento Interno e em conversa posterior com os Deputados, resolveremos se será ou não apreciado dentro desta Sessão Legislativa; peço que o projeto hoje seja retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do 8º item da Ordem do Dia.

10 Sr. Secretário procede à leitura do seguinte:)

8) Discussão e votação, em le turno, do Projeto de Lei n2 266 de 1991, que Determina que às pessoas doadoras de leite ou de sangue será, obrigatoriamente, fornecida, nomínimo, quantia equivalente a sua alimentação e ao seu transporte. !/

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Benício Tavares.

O SR. BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, tendo em vista o horário bastante adiantado, peço que este projeto volte a pauta no momento subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do 10° item da Ordem do Dia.

(o Sr. Secretário precede à leitura de seguinte:)

Value 10) Discussão e votação, em 12 turno, do Projeto de Lei n2 050 de 1991, que 'Autoriza o Poder Executivo a criar o conselho de Polícia Agrácola, Agrária e Fundiária no DF: //

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães)

S/Sulamita

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Com a palavra o
Sr. Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, este projeto foi analigado pela Comissão de Constituição e

Justiça nós apresentamos um substitutivo foi aprovado, mas. hoje, chegou mais um substitutivo da Comissão de Economia e eu não tenho condições de apresentaronoje o parecer.

Então, peço a V. Exa. 24 horas para laborá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Gonvoco os...

S/Cristina

E-158.1

O SR. PRESIDENTE (Salviano Guimarães) - Convoco os Srs. Deputados para a sessão extraordinária a realizar-se em seguida a esta, com a seguinte Ordem do Dia:

Discussão e votação, em 2- turno, do Projeto de Lei

nº 280.

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei

nº 066.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 21:12)